



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A RECEBER AS
CÓPIAS EM INVÓLUCRO SELLADO
DE PLÁSTICO
DEBEM SER ABERTAS APENAS
PODI ABRIRE-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



As medidas a aplicar nas escolas, já em Setembro, provocarão muito desemprego que se abaterá, em primeiro lugar, sobre os docentes contratados

Não fiques à espera para ver se te atinge... depois, pode ser tarde!

JEP

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | nº 252 | Junho/Julho '11 | 0,50 Euros



DESEMPREGO

As medidas a aplicar nas escolas, já em Setembro, provocarão muito desemprego

SUPERIOR

Dar novo sentido ao ensino superior público não passa necessariamente pela passagem a Fundação

“Imposto especial”...

São inaceitáveis mais roubos e injustiças sobre quem trabalha!

O anunciado imposto especial que irá cortar aos portugueses parte significativa do seu subsídio de Natal é inaceitável. Trata-se, efectivamente, de um novo roubo que acresce a outros, como a redução do salário desde Janeiro deste ano, o bloqueamento das carreiras e a não contagem do tempo de serviço já anunciados também para 2012 e 2013 ou o agravamento de impostos que levará à redução do salário líquido de quem trabalha, alertava o Secretariado Nacional da FENPROF em nota de imprensa divulgada no passado dia 1 de Julho. A Federação, lê-se nesse documento, “declara a sua determinada oposição a este rumo que o actual Governo se propõe prosseguir e a sua disponibilidade para lutar contra ele”.

Acrescenta a nota que a FENPROF fez chegar aos jornalistas: “Não é aceitável este caminho de empobrecimento e de agravamento de injustiças que à direita agrada e FMI-BCE-UE aplaudem por ainda ir mais longe do que impôs essa troika. É ainda menos aceitável por se saber que a situação que o país atravessa é consequência de políticas negativas anteriores, de má gestão, de desvio de dinheiro, de uma economia clandestina não fiscalizada e de especulação financeira feita por quem está a ganhar muito com o empobrecimento individual e colectivo dos portugueses e de outros povos”. “Contra esta situação só há um caminho para os trabalhadores portugueses: a luta! Uma luta que, cada vez mais, tem de ser convergente e unir todos os trabalhadores!”, conclui. ●



Professores e Educadores

Os professores e educadores terminam mais um ano lectivo que foi, como têm sido os últimos, extenuante. Cumpriram bem a sua missão: ensinando, envolvendo-se na actividade da sua escola, contribuindo para que, em muitos casos, as escolas não entrassem em ruptura, desenvolveram projectos diversos com os seus alunos e, sempre que foi necessário, lutaram por uma escola melhor e um ensino de maior qualidade. No final de mais um ano lectivo, estão de parabéns! ●



Programa do Governo

Considera que nas escolas reina a facilidade e não esforço, o laxismo e não o trabalho, o dirigismo pedagógico e não o rigor científico, a indisciplina e não a disciplina... não é verdade! O esforço de docentes, não docentes, estudantes, famílias e outros membros da comunidade educativa tem sido gigantesco (apesar das políticas e dos governantes), pelo que, de uma forma geral, esforço, trabalho e rigor têm marcado o dia a dia das escolas. Começa mal o governo, cometendo tal injustiça na apreciação que faz. ●



Em foco

04

Programa do Governo para a Educação: Apreciação da FENPROF

06

FENPROF solicita reunião ao novo ME...

07

...e garante “intenso combate em torno de propostas objectivas”

09

O “debate necessário sobre a escola pública”

JPO

13

Programa de Governo da Troika nacional (PR/PSD/CDS): Um palheiro cheio de agulhas!

António Nabarrete

Ensino Superior

16

Ensino superior público a caminho da privatização?

JPO

18

João Cunha Serra à conversa com o JF: “Os desafios do Ensino Superior e Investigação estarão em foco na 3ª Conferência da FENPROF”

JPO

19

Fundações não são o paraíso...

Precariedade

21

Caducidade do contrato

José Manuel Costa

23

Professores e educadores contratados na mira do Governo:

Não fiques à espera para ver se te atinge... depois, pode ser tarde!

24

Que a juventude tome nas mãos os destinos das suas vidas!

26 Internacional

15.º Congresso da OLME:

Na Grécia e em Portugal a educação e a escola pública correm sérios riscos

31 Culturais

Vamos à Comuna!

Este país em que 1,2 milhões são precários, 2,5 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, 40% das crianças são pobres e quase 800 mil trabalhadores estão desempregados, não aguenta mais roubos, mais injustiça social, mais políticas negativas, mais ingerência e agiotismo estrangeiro.



Sem estado nem graça!

Os professores, como os restantes trabalhadores portugueses, estão a ser vítimas de um roubo organizado. Um roubo que não se iniciou agora – vem, pelo menos, de 2005 quando lhes começaram a roubar tempo de serviço – mas tem vindo a agravar-se conhecendo novos contornos, de maior gravidade, com as medidas que o novo Governo PSD/CDS anunciou.

Com o Orçamento de Estado para 2011, algumas medidas extremamente duras foram impostas e, com elas, os prejuízos para quem trabalha foram muitos com impacto, para já, nos salários (que foram reduzidos) e nas carreiras (que foram bloqueadas). Nos professores, o impacto no emprego vai também ser forte, e irá sentir-se já em Setembro.

De cócoras, perante a troika, mas querendo ultrapassá-la no ataque ao país, o governo recém-eleito apresentou um programa que constitui um verdadeiro programa de empobrecimento e agravamento de injustiças, quer colectivos, quer individuais.

Desde a privatização de alguns dos alicerces económicos do Estado, até novos roubos nos rendimentos do trabalho e à eliminação de direitos mínimos no âmbito social, tudo se prevê no programa que este Governo se propõe levar por diante.

Para a Educação, o programa do Governo, para além de dar corpo à fixação do novo ministro em relação aos exames, no que é essencial limita-se a prosseguir políticas anteriores. Os problemas das escolas, porém, não são considerados como decorrentes dessas políticas e do seu carácter negativo, mas de um alegado laxismo, falta de trabalho e esforço, de um suposto “deixa andar” que se vive em cada estabelecimento onde, de acordo com a opinião do governo, reina um quotidiano de regabofe que, no entanto, com ele irá acabar.

É falsa e, sobretudo, injusta esta ideia, pois, nas escolas, o trabalho e o esforço dos professores e demais comunidade educativa tem sido enorme, por vezes gigantesco. Se melhores resultados não são obtidos isso deve-se, quase exclusivamente, às consequências das políticas desenvolvidas – e que agora se pretendem prosseguir – que impedem a adequada organização pedagógica das escolas, constroem o exercício da profissão docente e degradam as con-

dições de trabalho e segurança no espaço escolar.

Neste programa da direita destacam-se dois aspectos fundamentais, aos quais há que dar uma atenção muito especial. Por um lado, a cedência ao lobby dos privados, tratando público e privado como se de uma e a mesma coisa se tratassem; por outro, a declarada intenção de atacar, mais uma vez, o estatuto profissional e de carreira dos docentes, minimizando-o e reforçando o poder dos directores nesta matéria.

Já em relação a Setembro, a intenção é assumir as regras de elaboração dos horários que o anterior ME fixou e continuar os mega-agrupamentos que tanto a direita criticou na legislatura anterior. Próximos vão os tempos, mas longínquos parecem em que o PSD acusava o governo, no Parlamento, de se preparar para provocar um fortíssimo surto de desemprego nos professores. Agora, PSD e CDS, vão cumprir essa missão.

Face a esta situação, aos professores e educadores, como, aliás, a todos os trabalhadores, cabe responder adequadamente agindo e lutando contra estas medidas e estas políticas.

O que aí vem é violentíssimo e a luta em defesa do emprego, do salário, das condições de trabalho onde se inclui o horário, dos direitos profissionais e da justiça social torna-se ainda mais importante. Da mesma forma, cumpre-nos reagir contra a intenção estrangeira de impor mudanças à organização democrática do nosso país, que a direita se prepara para levar por diante, através de uma profunda revisão da nossa Constituição.

Este país em que 1,2 milhões são precários, 2,5 milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza, 40% das crianças são pobres e quase 800 mil trabalhadores estão desempregados, não aguenta mais roubos, mais injustiça social, mais políticas negativas, mais ingerência e agiotismo estrangeiro. Mas o governo recém-eleito quer ir por esse caminho, prosseguindo e agravando um rumo que, hipocritamente, criticava.

Por essa razão, não pode ter “estado de graça”. O tempo, para todos nós, é de vencer medos, refazer identidade colectiva, construir esperança e lutar. Lutar terá de ser o caminho ou chegaremos a um ponto sem retorno... isso recusamos! ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 31 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (Jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF – Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial –R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 – 1070 Lisboa. O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Programa do Governo para a Educação

- **Prossegue e agrava políticas em curso**
- **Omisso em matérias importantes...**
- **Generalista e/ou confuso em vários aspectos...**
- **Clarificador quanto à promoção dos privados!**



O programa para a Educação, apresentado pelo XIX Governo à Assembleia da República, é demasiado generalista, omisso em matérias que são muito importantes e confuso em outras, sendo claro, sobretudo, na intenção de tratar o público e o privado como se fossem uma e a mesma coisa e na desvalorização que advoga das carreiras docentes, querendo simplificar o ECD e criar ainda maiores dependências hierárquicas na gestão das carreiras.

Trata-se de um programa que parte do princípio, errado, de que, nas escolas, não existe um ambiente de civilidade, de trabalho, de disciplina e de exigência, generalizando a ideia de que nelas reina o laxismo, não existe rigor científico no ensino, etc, sem uma palavra de reconhecimento do muito de bom que também se faz nas escolas, apesar das dificuldades que decorrem, sobretudo, da degradação das suas condições de trabalho, matéria sobre a qual nada é dito.

Políticas erradas são a causa dos problemas da educação

O que tem afectado a Educação e o Ensino, a organização e o funcionamento das escolas, os profissionais do ensino e da educação é a errada política educativa desenvolvida pelos últimos governos. É essa política que, no essencial, o programa do XIX Governo se propõe prosseguir, o que não surpreende, pois, no essencial, o PSD nunca dela se demarcou. Aliás, recorda-se, não se opôs ao corte de 803 milhões de euros no orçamento da Educação para 2011 e, quando lhe deu aval, nem sequer existia ainda o entendimento com a troika para justificar essa atitude.

As medidas mais significativas promover o privado

Uma questão central neste programa é a promoção do ensino privado com contrato de associação. Este e o público são tratados em pé de igualdade, apontando-se o desenvolvimento progressivo de iniciativas de liberdade de escolha para as famílias. Este caminho,

a ser concretizado, agravará o contexto de subfinanciamento da escola pública, fazendo com que, no futuro, esta venha a ser uma escola desqualificada e destinada aos filhos das famílias economicamente mais desfavorecidas. A FENPROF considera que esta é uma questão da maior gravidade e bater-se-á para que não seja desvirtuado o princípio consagrado na Constituição da República, de que o ensino privado é suplemento do público.

Atenção! Vêm aí os contratos de autonomia

Relativamente ao modelo organizacional das escolas, incluindo o seu regime de gestão, o programa é pouco claro quando aponta a "implementação de modelos descentralizados de gestão", embora refira a revisão, para aprofundamento, do regime de contrato de autonomia, que, associado a novas transferências de competências para os municípios (o processo de municipalização está implícito em diversos pontos), faz prever uma continuada desresponsabilização do poder central.

Verticalização das escolas

Já sobre o processo de constituição de mega-agrupamentos, solução que a troika refere no seu rol de imposições, mais uma vez a referência vaga à "estabilização deste processo" permite desenvolvimentos vários, tendo a não assunção explícita do que se quer fazer provavelmente mais a ver com as críticas feitas, na oposição, pelos partidos que agora governam do que com desacordo

real relativamente ao processo. De resto, a referência à verticalização não engana, significando a integração das escolas secundárias nos agrupamentos já constituídos.

Desvalorização (simplificação) das carreiras

Relativamente aos professores e educadores, a intenção é, explicitamente, desvalorizar as carreiras profissionais. A referência à simplificação do ECD explica-se com a entrega do controlo do desenvolvimento na carreira, por parte de cada docente, aos directores das escolas, o que, para a FENPROF, é inaceitável. Sobre avaliação de desempenho, são mais as evasivas do que as certezas. Que significa "reformular o sistema de avaliação"?

Avaliação, concursos e ingresso na profissão nas mãos dos directores

Referem-se intenções, mas pouco mais, percebendo-se que, afinal, o modelo aplicado ao ensino particular e cooperativo não será ponto de partida, mas somente uma referência a ter em conta. Já em relação à existência de uma prova para ingresso na profissão, trata-se da confirmação de que os partidos, agora no governo, concordam com essa prova criada por Lurdes Rodrigues. Estranho é que representando esta prova uma assumida desconfiança em relação às instituições de ensino superior que formam docentes, a nova equipa ministerial, constituída por cinco docentes do ensino superior, tanto aposte nela.

A precariedade como regra

Quanto à estabilidade do corpo docente, o programa é omisso no que respeita à indispensável vinculação dos docentes que há muitos anos exercem a profissão num quadro de precariedade; sobre concursos para colocação de professores, fica sem se saber se o processo de selecção que surge uma ou duas vezes referido tem a ver com isso e qual o figurino defendido, desconhecendo-se também que medidas concretas vão ser implementadas para alterar as regras de elaboração dos horários dos docentes libertando-os das imensas tarefas burocráticas para poderem dedicar-se, o mais possível, aos seus alunos. Há, ainda, uma referência ao reforço da autoridade do professor, mas omitem-se as medidas com que o Governo pensa concretizar esse objectivo.

Horários como via para o desemprego

Relativamente ao programa eleitoral, desaparece a reconhecida necessidade de desburocratizar o trabalho dos docentes, o que significava, obviamente, alterar as regras de elaboração dos horários dos docentes, libertando-os para se dedicarem, o mais possível, aos seus alunos.

Soluções retrógradas e destituídas de cientificidade

Sem novidade e sem merecer o acordo

da FENPROF, o programa do XIX Governo confunde qualidade de ensino com exames; revela desconfiança em relação ao seu próprio serviço, criando entidades exteriores até para a elaboração das provas e exames nacionais; não prevê qualquer revisão do regime de Educação Especial, mantendo-o e assumindo normas que põem em causa a inclusão escolar e educativa; trata a Educação Pré-Escolar não como um sector educativo, mas como um nível de ensino, faltando saber se deliberadamente ou por confusão; em relação ao Ensino Superior, pouco diz: pretende manter o sistema binário, de que a FENPROF discorda, não deixa transparecer as alterações a introduzir relativamente à matriz imposta por Bolonha e, quanto ao regime de financiamento, apenas refere a necessidade de rever o quadro legislativo global, não se sabendo, sequer, em que aspectos incidirão tais alterações.

Escolarização do não escolarizável

Também nada é dito sobre o indispensável processo de reorganização curricular e sua articulação com o processo de alargamento da escolaridade obrigatória, que já está em curso. Surge apenas uma referência ao Ensino Secundário e no sentido de reforçar as vias profissionais e profissionalizantes, ligando-as sempre e só com o mundo do trabalho. Falta saber como serão valorizadas, deixando de corresponder a uma segunda escolha, e como se articularão com as restantes. Confusão grande parece ser o que se escreve a propósito das AEC (actividades de enriquecimento curricular), pois sendo a escolarização uma das principais críticas que decorre do seu processo de avaliação, diz o Governo que pretende promover a qualidade do ensino nas AEC. Que se pretende de um tempo que deverá ser, essencialmente, para ocupar tempos livres das crianças? Também as famílias deverão estar preocupadas, na medida em que, apesar da situação de crise que sobre elas se abate, quase nada se diz sobre o indispensável reforço da acção social escolar.

Em suma, e numa primeira apreciação, este programa, sendo em muitos aspectos mais do mesmo, vai mais longe na desresponsabilização do Estado pela rede pública de educação, financiando o privado com dinheiros públicos e reforçando lógicas gerencialistas e de mercado na gestão das escolas, através de uma gestão por objectivos, assente em resultados medidos em exames nacionais. Para a FENPROF e para os professores e educadores, a elevação da qualidade do ensino, a valorização da Escola Pública e a dignificação da profissão e dos profissionais docentes continuarão a ser exigências prioritárias e aspectos centrais da sua acção e da sua luta. ●



NO ALVO

Lutar também contra a falta de seriedade política!

Avaliação dos professores

No programa eleitoral do PSD pode ler-se que a substituição do modelo de avaliação dos professores é uma importante e urgente medida a tomar. Agora, ganhos os votos, o governo fala de uma reforma ou reformulação de um modelo que, antes, consideravam inútil, kafkiano, burocrático e que, prometeram, deveria ser imediatamente suspenso para o substituir por outro. Para o PSD e o CDS terá passado assim tanto tempo entre serem oposição e governo para que mudassem de opinião?

Horários de trabalho

Nos programas eleitorais dos partidos que agora governam, a crítica à burocratização da actividade docente, decorrente de tarefas administrativas, reuniões e do modelo de horário a que professores e educadores se sujeitam, era aspecto relevante, deixando expressa a necessidade de alterar a situação. Eleito, PSD e CDS, sobre isso, nem uma palavra introduziram no programa com que se propõem governar. Esquecimento?

Impostos

Em finais de 2010, o PSD impediu que o Orçamento de Estado para 2011 consagrasse algumas medidas, no âmbito do IRS, com que o governo de então pretendia roubar parte do salário líquido de quem trabalha. Passando para o governo, PSD e CDS não só aceitam tais medidas que acertaram com a troika, como acrescentaram outras para irem mais longe, nomeadamente o roubo de parte significativa do subsídio de Natal. Isto apesar de terem afirmado que não haveria aumento da carga fiscal... olha para o que eu digo, mas não para o que faço? ●



Calendário escolar para 2011/2012 repete erros de anos anteriores

Foi divulgado (29/06), na página electrónica do ME, o calendário escolar para 2011/2012.

“Compreendendo o atraso na sua divulgação, tendo em conta a mudança recente de governo e equipa ministerial, tal não justifica, porém, a ausência de negociação ou, sequer, auscultação sobre matéria que implica directamente nos horários, nas férias e na organização do trabalho dos docentes”, sublinha uma nota de imprensa divulgada no passado dia 30 de Junho pelo Secretariado Nacional da FENPROF.

Relativamente ao conteúdo do despacho, a FENPROF reafirma o seu desacordo com a diferença entre o calendário previsto para o Ensino Básico e o que se estabelece para a Educação Pré-Escolar, apesar de se manter a alteração de sentido positivo introduzida no ano ainda em curso.

A FENPROF, destaca a nota que chegou aos órgãos de comunicação social, continua a considerar que “os ritmos e tempos de aprendizagem dos alunos não se compadecem com um calendário escolar que deveria estabelecer períodos mais equilibrados de trabalho continuado, e não se revê na redução dos períodos de trabalho lectivo, nomeadamente no Ensino Básico, como consequência da anunciada introdução de exames ou provas nacionais.” ●

FENPROF solicita reunião ao novo ME...

O Ministro da Educação, do Ensino Superior e da Ciência já ontem tomou posse, pelo que a FENPROF, hoje mesmo, pediu a realização de uma reunião em que se identificassem os principais problemas da Educação e começassem a debater soluções para os mesmos.

A gravidade desses problemas e a proximidade do ano lectivo 2011/2012 levaram a que a FENPROF já tivesse apresentado este pedido.

A FENPROF refere, no ofício que enviou, que se vive um momento em que a escolaridade obrigatória se alarga para 12 anos mas, simultaneamente, as famílias empobrecem e os apoios sociais de que necessitam fragilizam-se; que falta uma lei de financiamento da Educação e que a aplicada ao Ensino Superior carece de alterações significativas; que o modelo de gestão das escolas é inadequado, não promove a participação dos agentes educativos; que o regime da Educação Especial não responde adequadamente às necessidades educativas de milhares de alunos; que o exercício da profissão docente está eivado de precariedades e instabilidades crescentes; que a profissão de professor tem sido desvalorizada, tanto no plano



Nuno Crato, Ministro da Educação e Ciência

social, como material... Refere-se ainda que, nos próprios programas eleitorais dos partidos que constituem governo, são identificadas duas prioridades: a substituição urgente da avaliação de docentes; a desburocratização da actividade docente. Para que estes objectivos se concretizem em tempo útil, dada a proximidade do ano lectivo 2011/2012, é necessário que se inicie desde já a negociação necessária.

Espera, agora, a FENPROF, a marcação dessa reunião para data tão breve quanto possível. ●

Exmº Senhor Ministro da Educação e Ciência
Av. 5 de Outubro, 107 – 1069-018 LISBOA

Assunto: Pedido de reunião

Senhor Ministro,

A Educação atravessa uma grave crise, como todos reconhecem! Tem faltado investimento, mas também tem havido uma gestão incorrecta do sistema, da organização e funcionamento das escolas e dos seus recursos, incluindo humanos, com destaque para os professores e educadores.

Vive-se um momento em que a escolaridade obrigatória se alarga para 12 anos mas, simultaneamente, as famílias empobrecem e os apoios sociais de que necessitam fragilizam-se; falta uma lei de financiamento da Educação e, no caso do Ensino Superior, a que existe carece de alterações significativas; o modelo de gestão das escolas é inadequado e não apela à participação dos agentes educativos; o regime da Educação Especial não responde adequadamente às necessidades educativas de milhares de alunos; o exercício da profissão docente está eivado de precariedades e instabilidades crescentes; a profissão de professor tem sido desvalorizada, tanto no plano social, como material... ou seja, sendo estes apenas alguns exemplos, facilmente se percebe que a dimensão da crise específica da Educação é relevante, dada a quantidade e complexidade dos problemas e não se compadece com uma eventual perda de tempo que só levaria ao seu agravamento.

Acresce que, nos próprios programas eleitorais dos partidos que constituem governo, são identificadas duas prioridades: i) a substituição urgente da avaliação de docentes; ii) a desburocratização da actividade docente. Para que estes objectivos se concretizem em tempo útil, dada a proximidade do ano lectivo 2011/2012, é necessário que sejam urgentemente abordados.

Face a tudo o que antes se afirmou, a FENPROF considera muito importante a realização de uma reunião, com V.ª Ex.ª, em tempo muito próximo, pelo que, desde já, a solicita.

Com os melhores cumprimentos

O Secretariado Nacional
Mário Nogueira, Secretário-Geral

...e garante "intenso combate em torno de propostas objectivas"

“Vamos desenvolver um intenso combate em torno de propostas objectivas que, sabemos, unem os professores porque promovem a qualidade na educação, defendem a escola pública e dignificam a profissão docente.”

A mensagem, certamente dirigida ao Governo e ao novo Ministro da Educação, foi dada na conferência de imprensa da FENPROF, realizada no passado dia 17 de Junho, em Lisboa, após a reunião de dois dias do Secretariado Nacional.

Mário Nogueira alertou para a grave situação que se vive no sistema educativo e garantiu “luta intensa” por parte da FENPROF e dos seus Sindicatos. Em tempo de crise, “a escola pública de qualidade pode fazer a diferença”, lembrou o Secretário Geral da FENPROF, acompanhado neste encontro com os jornalistas pelos dirigentes sindicais António Nabarrete (SPGL), Júlia Vale (SPN), Ana Simões (SPZS) e António Lucas (SPRA).

“A FENPROF está muito preocupada com as consequências das medidas que, já se sabe, vão ser tomadas, nos próximos tempos, tanto para a Educação, mas de uma forma geral, para o País”, destacou o dirigente sindical, alertando para o conjunto de orientações da “troika” e do governo de coligação, que tornam o futuro “ainda mais preocupante”.

“Este não é o caminho”

“Na Educação, as medidas que PSD e CDS apresentam vão além do que a própria “troika” impõe, pois não se limitam à questão orçamental - o que já seria mau! - mas atacam o carácter democrático da escola pública, com implicação em todos os níveis, desde o financiamento à relação laboral dos seus trabalhadores”, sublinhou Mário Nogueira.

“A FENPROF reafirma que as medidas da “troika” nada de novo trarão ao país, pelo contrário: aprofundarão os problemas, como, aliás, é visível na Grécia, onde um acordo semelhante ao que foi assinado em Portugal resultou num estrondoso insucesso, agravando a situação, criando mais instabilidade, mais precariedade e mais desemprego. Este não é o caminho”, lembrou o dirigente sindical, que chamou a atenção para as ameaças à soberania nacional. A propósito, observou:



FENPROF em conferência de imprensa: a situação nas escolas em destaque no diálogo com os jornalistas

“A possibilidade de algumas medidas contrariarem disposições constitucionais é gravíssimo, como grave é que os partidos agora no poder (que para esse efeito necessitarão do voto do PS) fossem a correr aprovar leis e alterar a Constituição da República para satisfazer a gula da “troika”, a ganância da banca e, em geral, do poder económico e dos seus representantes internacionais (UE e FMI).”

E acrescentou: “A FENPROF e os seus Sindicatos juntar-se-ão aos que cerrarão fileiras na defesa da nossa Constituição, Lei Fundamental que salvaguarda importantes direitos sociais e laborais e que merece ser defendida”.

Situação social reflecte-se na Escola

“No plano social, antevê-se uma crise profunda, com muita manifestação de protesto por parte daqueles que serão vítimas desta situação e destas medidas. Uma situação que se reflectirá na Educação e nas escolas, com famílias empobrecidas e alunos sem apoios sociais adequados, num momento em que temos 2,5 milhões de pobres e em que 40 por cento das crianças estão abaixo do limiar da pobreza. Isto terá certamente reflexos negativos nos níveis de insucesso e abandono escolar”, afirmou Mário Nogueira.

Em jeito de síntese, deu um quadro dos objectivos imediatos desta política da “troika”

e dos partidos que agora a vão concretizar no governo:

- Desemprego, despedimentos, quebra de apoios sociais;
- Congelamento de salários e carreiras;
- Agravamento dos horários de trabalho;
- Medidas, no plano fiscal, com gravíssimas consequências para os salários e redução directa das pensões;
- Opção pelos caminhos de privatização em sectores estratégicos, com a Educação, efectivamente, a não ficar de fora.

Professores no desemprego e corte de 1 200 milhões em três anos...

Lembrando que a política de cortes orçamentais na educação não decorre apenas das orientações da “troika” (para este ano o demitido Governo Sócrates decidiu um corte de 803 milhões de euros...), Mário Nogueira apontou as consequências de medidas como a alteração dos horários, a continuação dos mega-agrupamentos, as alterações curriculares e também os ataques aos salários e carreiras dos professores e educadores.

“No âmbito do funcionamento e organização da escola, os efeitos destas políticas vão ser sentidos em Setembro, no início do novo ano escolar”, registou o dirigente da FENPROF que chamou a atenção para o desemprego que se vai abater sobre os docentes: “muitos milhares de professores

contratados, alguns com muitos anos de serviço, ficarão de fora" e numa situação de novas limitações ao subsídio de desemprego, recordou.

Aos 803 milhões já apontados, está previsto um novo corte no sector da Educação, em 2012/2013, no montante de 400 milhões. "Isto pode ser trágico para a escola pública, que sofre um corte de 1 200 milhões em três anos", alertou.

Como foi revelado nesta conferência de imprensa, a FENPROF pedirá uma audiência à nova equipa ministerial, mal o Executivo tome posse. "Há coisas que têm de ser feitas antes do início do próximo ano lectivo".

FENPROF tem propostas!

Face à situação que se vive, a FENPROF irá assumir "uma postura de ofensiva no plano da proposta; não é só apontar o que está mal no Programa do Governo ... Vamos avançar propostas concretas e defendê-las. Vamos desenvolver um grande trabalho de escla-

recimento, debate e mobilização junto dos professores em todo o país, envolvendo toda a organização na dinamização de reuniões e encontros de trabalho. Vamos também elaborar um Memorando sobre Educação para entregar aos responsáveis políticos", revelou Mário Nogueira.

No diálogo com os jornalistas, o Secretário Geral da FENPROF destacou a situação dos professores contratados e dos aposentados.

"Temos actualmente 36 000 professores contratados no sistema de ensino, uma situação de precariedade muito acima da média nacional. Estes são os primeiros a serem atingidos pelas políticas de ataque à escola pública e aos trabalhadores. Querem reduzir postos de trabalho na educação, mas não assumem que são despedimentos.... São trabalhadores dispensados. O que se trata, na verdade, é de uma vaga de desemprego e de despedimento, sem precedentes. Temos colegas contratados com muitos anos de

serviço. As escolas precisam deles!".

Acrescentou Mário Nogueira: "Vamos realizar reuniões com estes professores em todo o país. E no dia 1 de Setembro faremos um primeiro balanço do desemprego na educação. Depois, no primeiro dia de aulas, desenvolveremos uma iniciativa de âmbito nacional com estes colegas."

Em relação aos professores aposentados, ficou o alerta em relação aos cortes nas pensões, situação agravada no caso dos docentes que solicitaram a sua reforma antecipada - já de si com grandes cortes - e a garantia de que em todo o país "vamos reunir as comissões de aposentados", dinamizando o justo protesto destes docentes.

Noutra passagem, o dirigente sindical revelou que a FENPROF vai proceder aos levantamentos das situações criadas nas escolas com as novas regras dos horários e com a vaga de mega-agrupamentos, nomeadamente no plano do emprego e da organização dos estabelecimentos de ensino. | JPO ●

PAÍS REAL

Frente Comum não aceita ataque aos salários!

"Há hoje ainda mais razões para os trabalhadores da administração pública aprofundarem a luta pelos seus direitos e por uma administração pública eficaz ao serviço das populações", sublinha a Frente Comum de Sindicatos.

Em nota divulgada há dias em Lisboa, o gabinete de imprensa da Frente Comum chamava a atenção para as políticas muito negativas que directa e indirectamente figuram no Programa de Governo que PSD e CDS apresentaram em S. Bento. Na perspectiva da FC, confirmam-se as "orientações políticas dos memorandos assinados pelo anterior governo do PS, pelo PSD e CDS com a UE/FMI/BCE", mas vão mais além com outras medidas, "acelerando a caminho do abismo para os trabalhadores e a generalidade da população portuguesa, em prol da continuidade da concentração da riqueza e do domínio do capital financeiro."

De facto, no essencial e no seguimento

das medidas preconizadas nos memorandos, o Programa do XIX governo constitucional representa uma nova escalada de ataque aos direitos dos trabalhadores, aproveitando a profunda crise económica do sistema para ajustar contas com as conquistas democráticas, sindicais, sociais e culturais do 25 de Abril de 1974, regista a Frente Comum.

A Administração Pública, em vez de ser equacionada como um suporte importante ao desenvolvimento económico-social do país, é vista como um empecilho à possibilidade do capital privado acumular lucros, designadamente em áreas como as da saúde, educação ou segurança social. Insiste-se na diminuição "cega" de trabalhadores, quer na administração central, quer na local, sem ter em conta a incapacidade cada vez mais gritante de vários serviços públicos essenciais não terem recursos humanos para responderem às tarefas que constitucionalmente estão obrigados a prestar, realça aquela nota de imprensa.

Na sequência das preocupações manifestadas nas suas reuniões de trabalho, incluindo as cimeiras, a Frente Comum garante que "não aceita a diminuição dos salários e pensões e a retirada de direitos" e garante que "continuará a denunciar e a lutar contra esta polí-

tica de desastre nacional, pelos direitos dos trabalhadores e das populações e por uma verdadeira política alternativa, que respeite e tenha em conta os direitos de quem trabalha."

Como destaca a Frente Comum, "não há desenvolvimento económico sustentado sem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e uma administração pública que dê resposta eficaz, atempada e de qualidade aos problemas do país". | JPO ●



Elementos da comunidade educativa e deputados reunidos por iniciativa da FENPROF

O "debate necessário sobre a escola pública"

"Todos, professores, trabalhadores não docentes das escolas, estudantes, pais, psicólogos, inspectores de educação, cidadãos, temos que lutar por uma escola pública que responda às necessidades dos alunos, uma escola pública de qualidade, democrática e para todos".

As palavras são de Mário Nogueira e marcam o fecho do intenso debate que decorreu no passado dia 23 de Maio, no auditório da Escola Secundária Camões, em Lisboa, por iniciativa da

Plataforma da Educação, que, recorde-se, promoveu o Manifesto "Investir na Educação, defender a Escola Pública", documento que já recolheu inúmeras assinaturas institucionais (de associações, movimentos, órgãos autárquicos, entre outros) e milhares de subscrições individuais recolhidas em iniciativas específicas que foram promovidas e também on-line.

Realizado no primeiro dia útil da campanha eleitoral, o programa do debate incluiu em dois painéis. O primeiro, no período da manhã, sob o tema "A Escola Pública faz a diferença!", contou com a participação de Almerindo Janela Afonso (investigador e docente da Universidade do Minho), Carlos Braga (Movimento de Utentes de Serviços Públicos - MUSP), Maria José Viseu (Presidente da CNIPE, Confederação Independente de Pais) e José Calçada (Presidente do Sindicato dos Inspectores de

Educação e Ensino - SIEE), tendo o debate sido moderado por Helena Afonso, dirigente do STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local).

De tarde, foi a vez de os partidos políticos com representação parlamentar falarem das suas opções para a legislatura que termina e, sobretudo, apresentarem as suas propostas para o futuro da Educação e da Escola Pública que, como se sabe, sofreu um corte orçamental de 803 milhões no ano em curso, prevendo-se que em 2013, o corte total venha a atingir os 1.200 milhões.

Participaram neste painel - "Na hora de decidir o futuro, o que defendem os partidos políticos" - Diogo Feio (deputado europeu do CDS); Pedro Duarte (deputado do PSD); Bravo Nico (deputado do PS); Francisco Madeira Lopes (dirigente do PEV); Miguel Tiago (deputado do PCP); e Cecília Honório (deputada do BE). A moderação



deste painel foi da responsabilidade de Patrícia Matos, jornalista da TVI.

Mais fortes para defender a escola pública!

Numa breve saudação aos presentes, o Secretário Geral da FENPROF e porta-voz da Plataforma, falou das actividades desta entidade, nomeadamente das reuniões que já iniciou com os partidos, para entrega do Manifesto, destacou a actualidade do tema do debate ("A escola pública, que corre sérios riscos, está na boca de toda a gente") e deixou um desafio: "Temos que estar mais fortes para a sua defesa!".

Almerindo Janela Afonso realçou, na primeira parte da sua intervenção, a necessidade de defender e valorizar os serviços públicos numa sociedade democrática, lembrando que é necessário estar mais atento e ser mais perspicaz politicamente para contra-argumentar e "confrontar criticamente algumas das justificações mais subtis e elaboradas que procuram acabar com a escola pública".

Depois de referir que "os serviços públicos só para as classes populares tendem a perder importância", o prestigiado investigador criticou frontalmente aqueles que, "sem pudor, colocam a necessidade da privatização dos serviços públicos, quando devem à escola pública o seu estatuto social e a sua formação". Isso é mais um sintoma da falácia da actual relativização e des-historização da vida social, mas "Não se pode apagar o passado", comentou ainda a este propósito.

"A escola pública é uma conquista civilizacional"

Mais adiante, Janela Afonso sublinhou a importância da construção da cidadania numa perspectiva nacional e europeia e a sua íntima relação com a escola pública. Alertou para os apetites da Organização Mundial do Comércio (OMC) também na área do ensino e sublinhou que "a escola pública é uma conquista civilizacional cujo retrocesso seria impensável".

Embora inacabado e necessitando sempre

de ser melhorado, este projecto evoluiu ao longo do tempo e tem hoje uma importante densidade histórica, cultural e educacional. O docente da Universidade do Minho referiu, noutra passagem, que a escola pública é também um projecto democrático vinculado à conquista de direitos sociais - "é um direito humano fundamental".

Carlos Braga alertou para as políticas de desmantelamento e privatização de serviços fundamentais como a saúde e os transportes, destacando que "há hoje preocupações acrescidas" na sequência do acordo assinado por PS, PSD e CDS com a "troika".

O representante do Movimento dos Utentes de Serviços Públicos (MUSP) afirmou que é preciso "dar valor à escola pública", proporcionando-lhe condições de trabalho e de funcionamento,

"É um milagre que a escola pública consiga fazer alguma coisa"

Por seu turno, José Calçada, ao fazer o retrato social do país, marcado pela situação em que vivem 700 mil desempregados e dois milhões de pobres, "com cantinas escolares a funcionar nas férias para muitas crianças de famílias carenciadas", lembrou que "este é o país real que a escola pública recebe diariamente". E registou: "É um milagre que a escola pública consiga fazer alguma coisa".

"À escola pública devo o que sou hoje". Foi assim que Maria José Viseu iniciou a sua intervenção no debate da Plataforma. A dirigente da CNIP afirmou que a grande maioria dos pais e encarregados de educação não concorda com os ataques à escola pública e abordou a realidade do interior do país, marcada (também) pelo encerramento cego de escolas. "Fecharam as 24 escolas do meu concelho".

Depois destas primeiras intervenções teve lugar o debate com a participação do auditório, em que se destacaram temas como a transferência de responsabilidades do ME para as autarquias e as consequências do acordo assinado com a troika no plano da educação.

A palavra aos deputados: 1ª ronda

Depois da interrupção para almoço, o debate avançou para o painel com os representantes dos partidos, apresentados pela jornalista Patrícia Matos, que, para uma primeira "ronda", deu oito minutos e meio a cada um dos intervenientes.

O deputado do PS, Bravo Nico, foi o primeiro, destacando desde logo que a qualificação dos portugueses foi "a prioridade das duas legislaturas" anteriores. "Alargámos bastante este conceito de qualificação, tanto nos adultos como noutros sectores", afirmou, reforçando a ideia de um grande número de pessoas envolvidas.

O parlamentar do PS falou das "preocupações" do seu partido com os resultados do aproveitamento escolar, taxa de escolarização, frequência do pré-escolar e acesso ao ensino superior. O alargamento da escolaridade para 12 anos - "um desafio, uma decisão corajosa, que, agora, há que tornar real" - esteve também, em foco nestas primeiras palavras de Bravo Nico.

Pedro Duarte, do PSD, chamou a atenção do auditório para o "défice estrutural do país", lembrou que "a educação não foi valorizada ao longo de muitos anos" e destacou três questões fundamentais para o seu partido: a necessidade de "estabelecer plataformas de diálogo, com uma visão a médio e longo prazo para a educação", garantindo "estabilidade" para este sector; a necessidade de "alterar a lógica centralista do Ministério da Educação ("o ME gere tudo e todos"; "o ME tem que confiar nas escolas"; "é preciso autonomia a sério"); e, finalmente, a necessidade de "recuperar a dignidade do professor e a sua autoridade na sala de aula."

O deputado social-democrata afirmou que o seu partido, em termos de rede escolar, "não subscreve a política de mega-agrupamentos" seguida pelos governos PS, declarando mais adiante que "estamos disponíveis para reavaliar algumas das decisões", em diálogo com a comunidade educativa. Reconheceu o apoio do PSD a uma "carreira especializada" de gestor para as escolas, mas que isso "jamais será implementado se os

“

A escola pública é uma conquista civilizacional cujo retrocesso seria impensável. Embora inacabado e necessitando sempre de ser melhorado, este projecto evoluiu ao longo do tempo e tem hoje uma importante densidade histórica, cultural e educacional.

Almerindo Janela Afonso

professores não aderirem", registando ainda: "O director que não é aceite pelos seus pares nunca será um bom director". Quanto ao "mito liberdade de escolha", disse que "o PSD não caminha para a privatização da escola pública". Quanto à avaliação de professores, garantiu que o partido vai apresentar outro projecto.

No pós-eleições, e na perspectiva de que "não vai haver maiorias absolutas", "o diálogo vai ser necessário", realçou Diogo Feio, deputado europeu. O representante do CDS disse que é preciso "estabelecer uma base de diálogo", aproveitando as "ideias positivas de cada um".

Para os "centristas", a "função da escola pública" é "formar" e garantir o "direito de subir na vida através da educação e da formação". Falou também da necessidade de recuperar a autoridade do professor e realçou que "os professores não podem ser os bodes expiatórios" das crises e das políticas erradas e incoerentes". Não acon-

selhou que se mude tudo e garantiu que, na perspectiva do CDS, o director "tem de ser um professor".

Diogo Feio afirmou noutra passagem que são precisas "regras claras" para o Estatuto do Aluno e que as conversas que o partido tem mantido com as organizações sindicais sobre a situação no sistema educativo têm sido muito úteis. Destacou a importância da autonomia das escolas e "o apoio aos projectos educativos diferenciados", sublinhou que é necessário ter "a noção dos índices de empregabilidade das nossas universidades e dos respectivos cursos" e afirmou que "o próximo ministro da Educação deve ser alguém com peso político".

Cecília Honório, do Bloco de Esquerda (BE), chamou a atenção para "o défice de debate público sobre os novos perigos que estão a atingir a escola pública" e criticou o PS que, por vezes, "toca uma flauta" que parece dar música à esquerda, enquanto abre "as portas à direita".

As orientações do PS em matéria de gestão das escolas e de salários e carreiras mereceram igualmente a condenação frontal da deputada do BE, que apontou algumas das preocupações do seu partido, nomeadamente contra o modelo de avaliação imposto pelo ME. Referiu que o Bloco se bate pela estrutura democrática da escola, pela redução do número de alunos por turma, pela existência de equipas multidisciplinares nas escolas, pela vinculação dos docentes contratados, pelo combate à precariedade laboral no sector e pela atribuição de bolsas no ensino superior.

As previsíveis consequências do "memorando assinado entre a troika de dentro e a troika de fora" estiveram presentes na intervenção de Cecília Honório que alertou para os efeitos dos cortes de milhões de euros na educação, com a perspectiva de mais encerramentos de escolas e a redução de custos com pessoal, ou seja: "profissionais da educação que vão para o olho da rua".

Miguel Tiago, do PCP, apontou dois documentos que podem ser a base impulsora de uma política coerente no sector: a Constituição da República e a Lei de Bases

do Sistema Educativo. Trata-se, como realçou o deputado comunista, de "documentos incompatíveis" com as orientações impostas pela "troika".

Condenando energicamente as políticas que desfiguraram e subvertem a escola pública através de uma "catadupa legislativa" e de uma teia burocrática sem fim, Miguel Tiago apontou algumas das iniciativas legislativas apresentadas pela sua bancada em S. Bento, nomeadamente a favor da gestão democrática, suspensão da avaliação do desempenho, concursos e estabilidade profissional, entre outras, criticando os partidos que inviabilizaram soluções apontadas à melhoria da situação nas escolas e no sistema educativo.

"Há aqui duas perspectivas diferentes sobre a escola pública portuguesa: a que entende como estando ao serviço do país e das populações; e a que entende como estando ao serviço do mercado", concluiu.

"A crise tem uma história e tem responsáveis", lembrou Francisco Madeira Lopes. O dirigente do PEV criticou "as reformas agressivas do PS ao longo de seis anos de governação", lembrando que o economicismo esteve "na base" da actuação política do ME e manifestando a sua preocupação pelas consequências da "austeridade" que a troika quer impor ao nosso país, num enquadramento que "não é bom para a escola e para o ensino".

"A educação é um investimento fundamental para ultrapassar esta crise", salientou o dirigente dos "Verdes", que afirmaria noutra momento: "É importante fazer escolhas e saber o que é que os partidos pretendem após 5 de Junho". "O que a direita propõe é uma escola pública mais fragilizada", concluiu.

A palavra aos deputados: 2ª ronda

A jornalista Patrícia Matos devolveu depois a palavra ao auditório, que levantou muitas questões, nomeadamente sobre a precariedade laboral, os cortes no financiamento, a "liberdade de escolha", os mega-agrupamentos, a educação especial, a escolaridade de 12 anos em contexto de ataque à escola pública e o negócio à volta da Parque Escolar, entre

outras matérias. Os representantes dos partidos foram convidados a pronunciarem-se, já no concreto, sobre os assuntos colocados. Começava então a segunda ronda das declarações

“O cenário ideal era que cada família pudesse escolher a escola do seu filho. Mas isso é impraticável... Há que dar passos para estabelecer, dentro da rede pública, um maior grau de escolha” - foi assim que Pedro Duarte iniciou a sua segunda intervenção no debate organizado pela Plataforma. O representante do PSD voltou a falar de outro “cenário ideal”, este relativo aos mega-agrupamentos: não devem, no seu entender, ultrapassar os 1200 alunos.

Outras notas salientes das palavras de Pedro Duarte: a função de director requer “especialização” mas isso é “matéria em aberto para discutir com os professores”; “é inaceitável” que professores com 10 e 15 anos de serviço tenham uma situação precária; o PSD vai repensar o enquadramento e a filosofia empresarial da Parque Escolar (“os números são assustadores”); a componente externa na avaliação do desempenho (a actual é “hostil”) deve ser encarada como caminho a seguir; há distinguir classificação de avaliação...

Diogo Feio reafirmou a oposição do CDS ao “modelo absurdo” que o Governo PS quis impor, manifestou-se a favor da vinculação dos professores com mais de 10 anos de serviço e salientou ainda que os programas devem ser adaptados às realidades do mercado de trabalho.

A propósito da educação especial, Diogo Feio rejeitou os guetos nas escolas, falou da “liberdade de aprender e da liberdade de ensinar” e, a propósito da liberdade de escolha, afirmou que “hoje temos uma educação para quem tem mais posses e outra para quem tem menos...”

Bravo Nico afirmou que a crise económica e financeira não permitiu a resolução do problema da precariedade laboral entre os professores, reconhecendo que, de facto, o Governo não foi capaz de cumprir a promessa pública da Ministra da Educação de realizar o concurso em 2011.

Quanto aos mega-agrupamentos, o deputado socialista afirmou que “não há receitas” e que “deve haver bom senso”. Disse ainda que não se podem fazer promessas devido ao “factor orçamental” e, partindo da ideia que “o pico de investimento nas escolas já passou” (o que viria ser negado pelo director da Secundária Camões que ainda está na fila de espera para obras urgentes), “agora, com os recursos que temos, será possível



O intenso debate sobre a escola pública realizado antes das eleições no auditório da Escola Secundária Camões, em Lisboa, foi uma iniciativa da Plataforma da Educação, que, recorde-se, promoveu o Manifesto “Investir na Educação, defender a Escola Pública”, documento que já recolheu inúmeras assinaturas institucionais (de associações, movimentos, órgãos autárquicos, entre outros) e milhares de subscrições individuais recolhidas em iniciativas específicas que foram promovidas e também on-line (ver em www.fenprof.pt)

rentabilizar o sector educativo; estamos no caminho correcto...”

Miguel Tiago lembrou que o PC propõe a extinção da Parque Escolar, lembrou também a posição do partido contra os mega-agrupamentos e o encerramento cego de escolas (“vem nos estudos”: uma unidade escolar com mais de 600 alunos “perde a capacidade pedagógica”).

Quem está com o memorando da troika, que aponta directamente para cortes de despesas na educação, “não pode dizer que está contra o actual modelo de avaliação”, realçou o deputado comunista, que referiu que se devem considerar como vagas a ocupar em concurso os horários de trabalho que se revelem necessidades permanentes das escolas.

Cecília Honório alertou para um “mistério político”: como é que se pode falar de metas de escolarização, de ensino obrigatório de 12 anos, de luta pelo sucesso educativo num “cenário marcado pela dispensa de professores e outros trabalhadores do ensino”?

Outras notas em destaque nesta segunda intervenção da deputada do BE: são inacei-

táveis os recursos da educação especial; o modelo actual de avaliação “é uma vergonha”; “5000 horários de professores já foram...”, mas com o acordo da “troika” as coisas não ficam por aí!...; a Parque Escolar, “monstro que está assente sobre a escola pública”, irá ao parlamento.

“Não se deve falar apenas de mega-agrupamentos mas também de mega encerramentos de escolas”, sublinhou Francisco M. Lopes. O dirigente do PEV alertou para o fecho de escolas que tinham sido alvo de melhorias e destacou que “o processo de avaliação dos mega-agrupamentos é fundamental” para tomar decisões de futuro.

“A Constituição da República é a lei fundamental do país. Não há lei sem valores”, recordou Madeira Lopes, que recuperou a temática da profunda precariedade que marca a relação laboral nas AECs.

Houve ainda tempo para novas questões da assistência, para uma terceira ronda pelos deputados e para umas palavras finais de Mário Nogueira. Como comentaria a jornalista Patrícia Matos, foi sem dúvida um debate muito produtivo! | JPO ●



Programa de Governo da Troika nacional (PR/PSD/CDS)

Um palheiro cheio de agulhas!

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

Em primeiro lugar é preciso que todos os trabalhadores, e todos os professores em particular, compreendam claramente quem são os inimigos (porque de inimigos se trata!).

Eos inimigos não são os sindicatos, os outros trabalhadores ou os imigrantes! Ou os povos periféricos da Europa como os gregos ou os irlandeses! Os nossos inimigos são este governo, a banca, as instituições financeiras em geral e o neoliberalismo nacional e internacional, que pretendem afastar a maioria da população de um modo de vida digno.

O cheiro bafiento da espoliação
A junção de esforços entre o neoliberalismo doméstico do PSD, rasca e pacóvio mas preparado para sugar o que resta do Estado

(ou seja, aquilo que a todos pertence!) e a “sensibilidade social” da direita populista do CDS, travestida de consciência social da igreja, incentivada e mediada pelo principal responsável político pela degradação da situação económica do país, o Presidente da República, mergulha-nos, logo à entrada, no ambiente nauseante e bafiento a que o 25 de Abril pôs fim. E se é verdade que a democracia continua viva, a progressiva substituição de uma segurança social própria de sistemas modernos e solidários (sustentada nas contribuições dos trabalhadores e empregadores numa proporção equilibrada), por soluções de tipo caritativo e assistencialista (obsessivamente presentes no programa de governo), aconselham uma vigilância e combate muito intensos no sentido da sua salvaguarda.

Quando se pretende rever em alta os sistemas tarifários dos transportes públicos, de forma a alcançar resultados operacionais positivos, “sem prejuízo da adopção de medidas de protecção dos cidadãos com menores rendimentos”, está-se objectivamente a pôr em causa a democracia social e a fomentar uma visão assistencialista. Quando se pretende estruturar um programa

de emergência social, baseado sobretudo nas misericórdias e instituições particulares de solidariedade social, reconhece-se claramente que as medidas contidas no programa de governo vão contribuir para o aumento da pobreza, mas retira-se do combate a este flagelo o estado social solidário, substituindo-o pela “caridadezinha” que belisca a dignidade e a cidadania plena dos portugueses mais duramente atingidos pelas políticas neoliberais. Porém, quando se pretende diminuir brutalmente a taxa social única (na parte que cabe aos patrões!), não garantindo sequer a sua compensação plena na área dos impostos indirectos, ou quando se propõe a utilização do fundo de estabilização da segurança social para o combate ao desemprego, ou, ainda, quando se prevê a drenagem de fundos da própria segurança social para os bolsos dos patrões que ameaçam com despedimentos, entra-se no campo da pura espoliação.

“Emagrecimento” ou roubo?

Ao mesmo tempo que se reduzem os benefícios e deduções fiscais em sede de IRS, se prevê o aumento do IMI de forma indiscriminada (prejudicando centenas de milhares



Toda a informação. Actualização diária.

de famílias já esmagadas pelo aumento dos juros dos empréstimos à habitação), se avança com um aumento brutal do IVA (o mais injusto e cego dos impostos indirectos!) e, entre outras alevisias, se aumentam as taxas moderadoras no acesso à saúde e o preço dos medicamentos para os utentes do SNS, aponta-se como inevitável a privatização acelerada, a preço de saldo e nas piores condições possíveis para o estado, de empresas públicas produtivas. Para além do abandono irracional das "golden shares" (acções que concedem direitos especiais de voto ao estado ainda que como accionista minoritário) em várias empresas estratégicas da economia nacional, sem sequer procurar o ressarcimento pela perda de um posição tão vantajosa.

Trata-se de roubo puro e simples. Os outros accionistas dessas empresas, para além do estado, quando nelas investiram, fizeram-no a preço consideravelmente mais baixo devido exactamente à existência das *golden shares*. Agora melhoram substancialmente o seu controlo sobre elas sem despendem um cêntimo!

Privatizar a ANA nesta altura significa entregar de mão beijada aos amigos e correligionários (internos e externos) uma empresa chave, num sector estratégico. E que dizer dos CTT, do sector de carga da CP, do sector segurador da CGD, da EDP e da REN, da TAP e do BPN. No caso das duas últimas empresas nem se trata de vender a preço de saldo. Trata-se de dádiva pura e simples depois de todos nós

termos pago pelos seus prejuízos ou pelos roubos descarados dos seus accionistas e gestores (caso do BPN).

O "emagrecimento" do estado significa o empobrecimento dos trabalhadores e o enriquecimento (sem ética para não lhe chamar ilícito) do grande capital financeiro nacional e internacional pela mão do poder político.

O ataque à escola pública

O novo governo pretende transferir, para os municípios, competências em matéria de construção, manutenção e gestão de escolas, seja lá isso o que for! O que fica claro, acerca das suas intenções, é que a desvalorização da escola pública e o patrocínio do ensino privado também passam por aqui. Com municípios descapitalizados, e em acelerado processo de agrupamento (ou mega-agrupamento), esta determinação só aumentará o rol de incapacidades das escolas públicas vector essencial para o aumento dos contratos de associação com os privados. Que curiosamente são desaconselhados pela Troika (internacional)! Deve residir aqui, assim como nas privatizações selvagens e aceleradas, a tal margem de flexibilidade nacional para executar medidas diferentes das propostas no memorando de entendimento! A "liberdade de escolha" está no centro do programa de governo para a educação. O que se pretende, verdadeiramente, é que a oferta disponível neste domínio seja feita em plano de igualdade pelo estado e pela iniciativa privada, o que representa um ataque directo ao nosso regime constitucional!

A submissão da rede pública à economia

A massificação da política de mega-agrupamentos, as brutais condições de trabalho previstas na organização do próximo ano lectivo e os esperados cortes a oito no currículo de algumas disciplinas destinam-se a atirar para fora do sistema mais de 30.000 professores!

No ensino superior esperam-se medidas similares. Fecho ou fusão de faculdades ou universidades, redução a oito de cursos, alterações ao modelo de financiamento (certamente para cortar!) e abandono progressivo da Acção Social e de apoio aos estudantes.

Para grandes males grandes remédios

A resposta a este ataque sem precedentes aos trabalhadores e pensionistas portugueses, em conjunto com o desmantelamento acelerado do estado social, no qual se inclui a escola pública tal como está definida na Constituição da República, tem de ser dada a vários níveis. Em primeiro lugar é preciso que todos os trabalhadores, e todos os professores em particular, compreendam claramente quem são os inimigos (porque de inimigos se trata!). E os inimigos não são

“

Os nossos inimigos são este governo, a banca, as instituições financeiras em geral e o neoliberalismo nacional e internacional, que pretendem afastar a maioria da população de um modo de vida digno

os sindicatos, os outros trabalhadores ou os imigrantes! Ou os povos periféricos da Europa como os gregos ou os irlandeses! Os nossos inimigos são este governo, a banca, as instituições financeiras em geral e o neoliberalismo nacional e internacional, que pretendem afastar a maioria da população de um modo de vida digno. Em segundo lugar é preciso lutar contra a teoria da inevitabilidade. Só a morte é inevitável! Em terceiro lugar é preciso lutar contra o medo. O medo tolhe e acobarda! Em quarto lugar é preciso reforçar as organizações sindicais representativas, única garantia da defesa coordenada dos interesses dos trabalhadores.

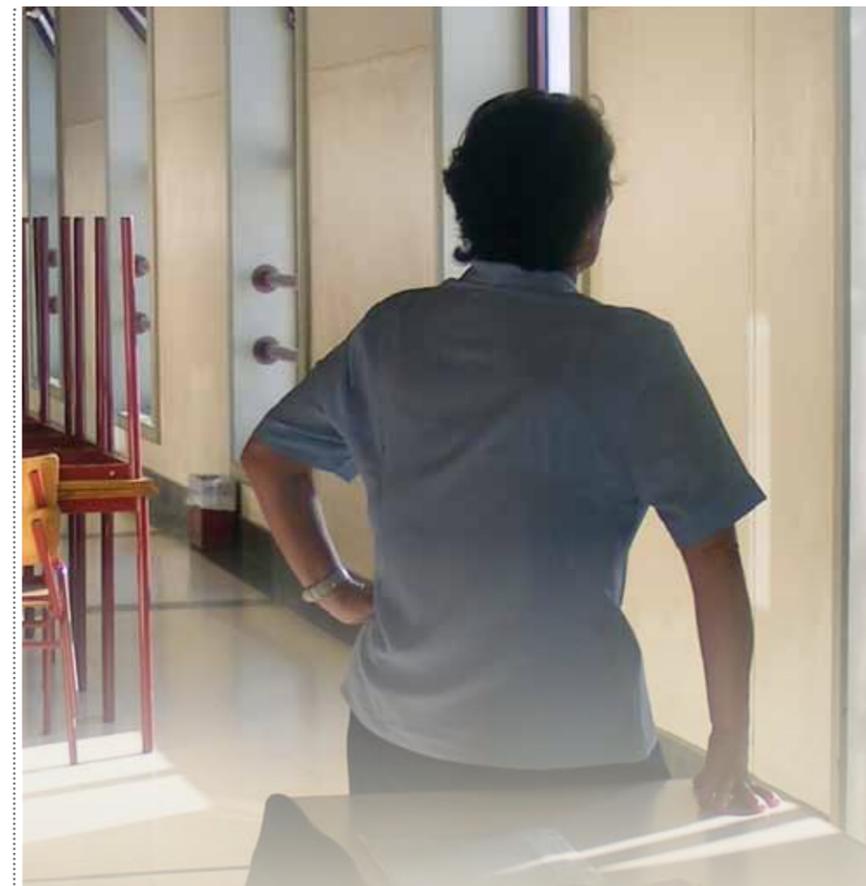
A luta vai ser dura e longa. Mas nós vamos fazê-la e ganhá-la! ●

Rescisões por "mútuo acordo" ou "bullying" governamental

O novo governo, seguindo uma intenção já manifestada em Maio pelo PSD, pretende avançar com um programa de rescisões por mútuo acordo na administração pública. Ora esta medida não é mais do que outra forma de aliviar o peso dos efectivos no sector, mas através de um processo verdadeiramente terrorista.

Na verdade o que o governo Passos/Portas pretende é recorrendo à figura do "mútuo acordo" levar o trabalhador a reconhecer como irremediável o seu despedimento. Para contornar os custos políticos de uma situação como esta, o que propõem agora os recém-empossados? Apenas uma forma de chantagem sobre o trabalhador fragilizado pela ameaça de uma rescisão contratual ou do desemprego.

Recorrendo ao que podemos intitular como verdadeiro "bullying" o governo vai pressionar o trabalhador a ceder à rescisão do seu contrato, "para não lhe acontecer algo pior". Este será, provavelmente, o tom da ameaça a que os trabalhadores, confrontados individualmente com a situação, terão de resistir apesar de muitos se encontrarem fragilizados psicologicamente, mas principalmente desinformados. E este será mais um forte motivo para o apoio dos Sindicatos aos trabalhadores que venham a sentir-se confrontados com este ataque ignominioso. | L.L. ●



Alteração dos contratos (regime dual)

Ataque à dignidade humana sob a capa da promoção do emprego

Algum sector empresarial e alguns dos maiores críticos do papel do Estado no desenvolvimento da economia e da qualidade de vida, para justificarem a defesa de um esquema de gestão de recursos humanos "mais justo" têm defendido uma cada vez maior flexibilização da legislação do trabalho. Ora aí está! O governo não esperou muito e resolveu alterar o regime de contratos de trabalho com a defesa da extinção dos contratos a termo.

Em sua defesa vai dizendo, cinicamente, que isto é melhor para o trabalhador, pois pode permanecer num serviço sem estar sujeito a concursos ou à renovação do contrato. Nada mais enganador, porque com este contrato de modelo único o que se propõe é o alargamento do período experimental, para, depois disso, facilitar os despedimentos.

Aplicando-se aos novos contratos, colocará metade do país contra a outra metade, até o poder encontrar a justificação para, nivelando, o fazer, mais uma vez, por baixo para mandar para o olho da rua os que se aguentaram no regime agora em vigor, perante o qual as obrigações do Estado são muito mais justas (de acordo com a legislação em vigor, direito ao subsídio de desemprego e indemnizações por caducidade do contrato).

Por outro lado é hipocrisia a mais dar um novo enquadramento legal aos recibos verdes, como forma de legalizar a ilegalidade, adoçando-lhes o fel com o subsídio de desemprego. Este, porém, vai servir para legitimar uma via menor e de exploração da dignidade humana, até agora legal, sempre que o trabalhador depende, hierarquicamente de outrem. | L.L. ●



Investida contra a Carreira Docente

A simplificação do ECD, a par de medidas que reforcem as competências dos directores das escolas, significa pura e simplesmente a destruição do nosso estatuto de carreira com a sua substituição por um quadro de deveres e direitos (de carácter muito geral). Mas significa também, por exemplo, a pretensão de substituir a estrutura de carreira, e o princípio do concurso nacional, por um aumento da capacidade de intervenção do director em eventuais impulsos salariais e seu total controlo sobre os processos de admissão de novos professores na escola ou agrupamento. Nesse sentido, a prevista prova de avaliação de conhecimentos para uma selecção inicial dos professores, não passa de uma "lebre" para entreter comentadores e desviar as atenções do essencial.

A "reforma do modelo de avaliação de desempenho", ponderando os resultados de outros modelos de avaliação, nomeadamente os do modelo em vigor no ensino particular e cooperativo, representa, primeiro que tudo, a negação das promessas do PSD e CDS de suspensão imediata do modelo em vigor. Mas representa também a determinação desta maioria de governo de manter, e reforçar, o controlo férreo sobre a actividade educativa e sobre os professores, tendo em vista garantir que a contestação à destruição dos seus direitos, como docentes e como trabalhadores, será sempre enviesada por um assunto lateral. | A.N. ●

impressões

Ensino superior público a caminho da privatização?

No passado dia 30 de Maio, o Conselho Geral da Universidade do Minho (UM) aprovou, por 16 votos (6 externos, 6 professores e 4 estudantes) a favor e 7 contra (6 professores e 1 funcionária), a proposta submetida pelo Reitor de transformação da UM em fundação pública de direito privado.

Um processo pouco democrático

Sintomático dos tempos que correm, ao nível da transparência e da participação, é a forma como este processo foi conduzido. Importa referir que nenhuma das listas concorrentes ao Conselho Geral defendeu nos seus programas a passagem ao regime fundacional, nomeadamente a lista que apoia o actual Reitor. O Conselho Geral recusou a auscultação da comunidade académica por via de um referendo, proposto por alguns professores deste órgão. Entretanto, 4 das 12 Escolas da Universidade do Minho, por sua iniciativa, promoveram a realização de referendos que recusaram por larga maioria, em todos os corpos, a adopção do regime fundacional. Adicionalmente, alunos e professores, por via de abaixo-assinados (cerca de 2000 estudantes e cerca de 200 professores), também defenderam a realização de um referendo a toda a comunidade académica, que o Conselho Geral voltou a rejeitar.

A universidade pública gerida como uma empresa

A transformação em fundação materializa-se na constituição de um Conselho de Curadores, formado por personalidades externas à Universidade e ao Estado, perante o qual o Reitor passa a responder. Este Conselho, pelas competências que a lei lhe atribui, nomeadamente a aprovação dos planos estratégicos, das orientações nos planos científico e pedagógico, do orçamento e do plano de actividades, passará a ser, assim, o verdadeiro centro de decisão das políticas da Universidade. Na prática, constituirá a caixa de ressonância das políticas do Reitor, sem qualquer controlo, com um poder que não foi legitimado pela comunidade académica. Ou seja, acredita-se que um Conselho de Curadores externos pode definir melhor que os seus próprios membros a vida interna da Universidade e a sua missão, como se uma universidade para ser mais pública tivesse que ser gerida como uma entidade privada.



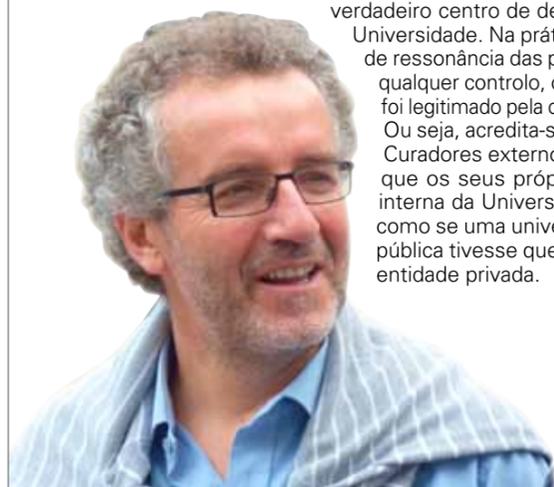
De acordo com a lei, a proposta de transformação em fundação tem agora que ser analisada pelo Governo. A sua aprovação traduzir-se-á num acordo, a três ou mais anos, que, entre outras dimensões, incluirá o financiamento da nova fundação.

Ainda hoje, não é do conhecimento público, o conteúdo dos acordos assinados com as três instituições que já passaram a fundação (ISCTE e Universidades do Porto e Aveiro). Não deixa de ser revelador que, num momento em que se defende a transparência das contas públicas, a dimensão e condições deste financiamento sejam religiosamente guardadas do escrutínio público. Tal facto é tanto mais preocupante quanto o Reitor da Universidade de Aveiro afirmou que o contrato-programa não estava a ser cumprido por parte do Governo e que tal estava a gerar constrangimentos e a condicionar a actividade da Universidade.

Uma mudança estrutural do ensino superior sem debate ou decisão política nacional

Trata-se ainda de um processo de reforma de fundo do ensino superior que nunca foi proposta, discutida ou decidida nestes precisos termos por qualquer órgão legítimo do sistema político democrático. As decisões que a concretizam são tomadas em cada instituição, por algumas dezenas de pessoas, nas condições conhecidas, desencadeando uma revolução silenciosa que o país descobrirá um dia como um facto consumado.

Mais do que nunca, importa defender o carácter público do ensino superior como instrumento de desenvolvimento sócio económico, cultural e de promoção da igualdade. ●



PEDRO OLIVEIRA
(Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPN)

duas palavras

Classe média: esses esbanjadores!

Num artigo publicado pelo Sol online, no dia 20 de Junho, pelo seu director José António Saraiva, o autor tenta, esforçadamente, demonstrar como até nem será tão mau para a classe média a crise que a banca e todo o sector financeiro instalaram em Portugal e no mundo, por via da ganância, agiotagem e exploração que exerceram, aproveitando-se da globalização das relações comerciais e da apropriação dos mercados sobre as economias dos países.

Refere, então, que sendo os empresários quem cria riqueza ("É esta gente que cria riqueza – porque o Estado, sendo indispensável, só consome, não produz"), para os proteger é preciso que outra camada da população assuma as suas responsabilidades, poupando. E quem é ela? A classe média, claro! Esses esbanjadores ("Na classe média esbanjam-se dinheiro e recursos de uma forma às vezes chocante")...

Vejamos então onde podem poupar entre um rol de alevosas sugestões:

- Compre Dielmar ou Do Homem em vez de Hugo Boss ou Armani;
- Evitem as férias no estrangeiro e o risco de perdas de bagagem e de tempos mortos nos aeroportos;
- Faça férias em Portugal escolhendo sair do seu próprio carro à porta do hotel ou do apartamento alugado;
- Compre um Mercedes classe C em vez de um classe E ou um Audi 4 em vez de um A6;
- A escolha de um hotel deve ser por um de três ou quarto

estrelas, pois escolher às cegas um de cinco é disparate;

- Não seja teimoso continuando a viajar em primeira ou executiva quando pode fazê-lo em turística, nos voos de duração inferior a três horas;
- Em cada cinco visitas ao cabeleireiro, esteticista, manicura, depilação ou massagista, reduzir uma;
- E já agora poupemos nas extravagâncias: desodorizantes, espumas de barbear, after shaves, sais de banho, lacas, etc.

Quase em tom provocador, José António Saraiva termina dizendo "Como vê, a crise pode contribuir para vivermos melhor – com menos."

Este é o tom de quem tem uma imagem completamente distorcida da realidade, num contexto económico em que, tal como noutros países, como a Grécia e a Irlanda, Portugal corre um enorme risco de empobrecimento geral da população com particular enfoque na classe média, que tenderá a desaparecer, numa divisão entre ricos e pobres, em que os ricos serão os mesmos de sempre.

Tanto disparate junto de quem desconhece o que é a classe média portuguesa, conhecendo-se o posicionamento político do autor deve deixar-nos muito apreensivos... principalmente com o cinismo e a arrogância dos senhores dos grupos económicos que controlam quem governa. ●



LUÍS LOBO | luis.lobo@sprc.pt

A Hidra e a fúria privatizadora



Henrique Monteiro

cartoon

ENTREVISTA

João Cunha Serra à conversa com o JF:

“Os desafios do Ensino Superior e Investigação estarão em foco na 3ª Conferência da FENPROF”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

“As restrições orçamentais, que afectam directamente a gestão dos recursos humanos e materiais das instituições de ensino superior, a burocracia e os espartilhos de controlo impostos pelo Ministério das Finanças, levam a que alguns vejam nas fundações uma solução... No entanto, não só poderá ser um presente envenenado que aponte para uma maior desresponsabilização do Estado, no caminho da privatização total e da mercantilização, como constitui também uma submissão da autonomia à decisão de um conselho de personalidades externas”.

O alerta é de João Cunha Serra, Presidente do Conselho Nacional da FENPROF e coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação, numa breve entrevista ao JF a propósito da 3.ª Conferência que a Federação vai realizar em Lisboa nos dias 4 e 5 do próximo mês de Novembro, iniciativa em que será avaliada a situação no sector, em especial “a política de financiamento deste serviço público”.

“Impõe-se uma solução que abranja todas as instituições e isso passa por encontrar um enquadramento jurídico que aponte para uma verdadeira autonomia das instituições



de ensino superior, que reconheça as suas necessidades e as especificidades, que, naturalmente, não se podem comparar com outros sectores do Estado; as universidades e os politécnicos não são repartições públicas!...

O poder político deve estar atento a isto. No quadro da Constituição da República, as instituições do ensino superior precisam de uma autonomia que lhes permita condições de gestão”, destaca Cunha Serra na conversa com a reportagem do JF.

“É preciso”, acrescenta o dirigente sindical, “dinamizar um movimento na Academia que consiga colocar estas questões ao poder político, num esforço de unidade e convergência”.

Salientando que “as instituições públicas de ensino superior estão conscientes das dificuldades financeiras do país, mas precisam, com urgência, de um quadro de estabilidade para o seu financiamento, com orçamentos plurianuais e com as condições necessárias para uma verdadeira autonomia de gestão dos seus recursos”, Cunha Serra garante que “este é o caminho a seguir”, que, ao contrário das fundações que comportam graves riscos para a autonomia e para a prossecução do interesse público, não deixaria ninguém de fora...

As universidades e os politécnicos, observa o Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, “poderão contribuir para o desenvolvimento do país e, nesta fase difícil, para a ultrapassagem da crise.” Pelas suas capacidades de formação, investigação, inovação e transferência de conhecimento e extensão cultural, “as instituições públicas de

ensino superior têm hoje uma palavra a dizer, indo ao encontro daquilo que a sociedade portuguesa espera delas”.

“Por isso a autonomia das instituições tem de ser respeitada, não sendo aceitável que seja tutelada por quem lhe é estranho e não conhece os seus problemas e as suas capacidades. A defesa e o aprofundamento da autonomia das instituições devem fazer-se sem prejuízo do reforço da responsabilização e da prestação de contas.”

Estas e outras matérias de viva actualidade passarão pelos dois dias de debate no Auditório da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, incluindo o desenvolvimento das orientações de Bolonha e os constrangimentos ao desenvolvimento das carreiras profissionais. ●

Objectivos da Conferência

- Aprovar orientações e propostas destinadas a nortear a acção e a configurar organização da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e da Investigação.

- Assegurar que as conclusões desse trabalho sejam representativas da opinião dos sócios do Ensino Superior e da Investigação e garantir ainda uma participação muito alargada e extensiva a não-sócios nas matérias exteriores à organização sindical interna.

- Reforçar a afirmação e a influência

da FENPROF no âmbito do Ensino Superior e Investigação, em especial junto dos docentes do ensino superior e dos investigadores, mas também junto da sociedade em geral e das instituições de ensino e de investigação em particular.

- Melhorar a acção da FENPROF, integradora de todos os sectores de ensino, em particular apresentando propostas que visem aumentar o contributo do Ensino Superior e da Investigação para esse fim. ●



Jornal da FENPROF a propósito da passagem a fundação da Universidade do Minho, referia-se que “a passagem ao regime fundacional por parte de algumas universidades abre a porta a uma gestão de cariz privado, cujo desenvolvimento pode, no futuro, por constrangimentos políticos ou mercantis, pôr em causa o serviço público e a liberdade académica”. Afirmção, aliás, com que concordamos, já que uma progressiva desresponsabilização do Estado em relação à matriz de cada uma das Universidades (questão fundamental sobre qual se dão as maiores alterações) afastará cada vez mais o Estado do bem público e consequentemente do seu compromisso com a garantia de um ensino superior de qualidade dirigido cada vez mais a um público mais vasto. Na verdade, se o Estado continua a responsabilizar-se pelo financiamento, seja através da transferência directa (verbas de funcionamento e de investimento) ou de pagamento de bolsas de formação ou adjudicação de serviços, já a dependência da direcção estratégica da Universidade de um Conselho de Curadores constituído essencialmente por elementos não integrantes da comunidade académica, se revela de uma maior complexidade e constitui a principal alteração do regime actual para a Fundação.

Para o SPRC, que acompanhará de perto todos os processos que tendam a prosseguir esta lógica reformista do Estado Social e do Serviço Público, qualquer mudança deverá passar por um referendo a docentes e não docentes, o que não é a mesma coisa de uma eleição para o Conselho Geral. Não se trata de discutir os protagonistas de uma eventual mudança, mas sim se essa deve dar-se ou se, melhor, a montante, é possível encontrar soluções para os problemas detectados.

No sentido de garantir um envolvimento efectivo dos docentes da Universidade de Coimbra neste debate e de, através da discussão desta matéria, preparar a Conferência Nacional do Ensino Superior (4 e 5 de Novembro de 2011) será estruturada e realizada uma acção pública de debate no arranque do próximo ano lectivo. | A Direcção do SPRC ●

Ensino Superior Público

Fundações não são o paraíso...

O debate em torno do sim ou não ao regime fundacional público para as universidades portuguesas centra-se, por norma, no sufoco financeiro das instituições, num cada vez menor desafogo financeiro dos centros de investigação, na insustentabilidade dos orçamentos de funcionamento, na gestão de recursos humanos, na rigidez a que as autonomias estão sujeitas em matéria de recrutamento e investimento...

Porém, a questão central e que se liga com o princípio da independência da instituição pública de ensino a interesses externos não é colocada. Tal acontece por se entender não ser um aspecto central? Por desconhecimento? Por indiferença? Ou por independentemente de uma evidente hipoteca da liberdade académica ser grande a necessidade de uma estrutura menos pesada e mais ágil na gestão dos seus recursos e dos processos?

Em artigo publicado recentemente no

Principais etapas preparatórias da Iniciativa

Datas limite

- Até **2 de Setembro**: divulgação por cada Sindicato da FENPROF da metodologia de eleição e da distribuição dos delegados a eleger por cada escola ou agrupamento de escolas, na respectiva região.
- Até **30 de Setembro**: entrega em cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) correspondentes às respectivas regiões.
- Até **7 de Outubro**: recepção, na FENPROF ou nos Sindicatos que a compõem, de inscrições para apresentação de co-

municações individuais acompanhadas de um resumo.

- Até **7 de Outubro**: entrega na FENPROF ou nos Sindicatos que a compõem de documentos gerais destinados a apreciação e votação na Conferência, relativos a um ou mais pontos da Ordem de Trabalhos.
- Até **7 de Outubro**: divulgação por cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) das datas e formas de votação.
- Até **14 de Outubro**: notificação da aceitação de comunicações individuais.
- Até **14 de Outubro**: divulgação na página

web do Ensino Superior da FENPROF dos documentos gerais apresentados.

- Até **21 de Outubro**: recepção de inscrições para a Conferência.
- Até **21 de Outubro**: apuramento por cada Sindicato dos resultados da eleição de delegados.
- Até **25 de Outubro**: divulgação dos resultados das eleições de delegados.
- Até **25 de Outubro**: entrega na FENPROF ou nos seus Sindicatos, para divulgação, dos textos integrais das comunicações individuais aceites. ●



Universidade-Fundação: Um mero instrumento técnico-racional?

LICÍNIO LIMA (Docente da Universidade do Minho)

Uma Universidade não é um puro instrumento técnico-racional em busca da realização dos seus objetivos; é habitada por pessoas concretas e por múltiplas tradições científicas e culturais, visões do mundo, valores, conhecimentos e interesses.

Ignorá-lo olímpicamente, a favor da pretensa superioridade de certas visões e dos correspondentes meios, ou de uma abordagem meramente funcional e adaptativa, pode significar amputá-la da sua vocação maior: a de um universo educativo de liberdade crítica e criativa, irreprimível na busca incessante do conhecimento como

bem comum, suficientemente rebelde para contrariar a doxa, para afrontar poderes, para interrogar e desvelar a realidade. É sobretudo para concretizar aquela vocação de liberdade, no contexto de uma casa comum, que a autonomia é imprescindível e se justifica em termos substantivos, e não por outra qualquer razão de ordem instrumental.

Têm sido, porém, as razões de ordem técnico-gestionária a sobrepor-se nas instituições que decidiram aderir ao regime fundacional, a tal ponto que é possível concluir que, em termos intelectuais, de teorização ou apresentação de uma ideia, ou concepção nova, de Universidade-Fundação, a situação se revela de uma pobreza confrangedora, em flagrante contraste com o que se esperaria de instituições universitárias. Mas não se encontra tal concepção, minimamente aprofundada ou reflectida, apenas o elogio das facilidades de gestão e da figura de um contrato-programa, cujo conteúdo tem sido mantido com estatuto de confidencialidade. É fácil compreender certas vantagens de gestão, sobretudo para a gestão de topo, mas mais difícil é relacioná-las com a missão

e os objectivos das instituições, os quais não deixarão de ser afectados. Quem gere, gere sempre alguém e alguma coisa, razão pela qual, por mais instrumentais que tais processos sejam apresentados, a sua interferência na concepção de Universidade, nos modos de governação, nas relações contratuais e de poder será incontornável. Desde logo pela adesão a um estilo mais típico do "sector privado", segundo as palavras da OCDE no seu relatório de 2006, relativo ao Ensino Superior em Portugal, onde propõe o estatuto fundacional.

Trata-se, com efeito, de um paradoxo que é urgente discutir e esclarecer em termos não puramente ideológicos: por que razão uma Universidade que se quer mais pública e mais capaz de realizar a sua missão pública, juridicamente definida, necessitaria de adoptar um modelo de governação de inspiração empresarial, de recorrer ao direito privado e de adoptar o ethos de uma organização privada, tendendo a confundir autonomia institucional com independência face ao Estado? Se a Universidade não é privada, por que razão se lhe quer vestir a pele? ●

Caducidade do contrato

JOSÉ MANUEL COSTA (Membro do SN da FENPROF)

ME pretende negar o direito à compensação, prejudicando dezenas de milhar de docentes, logo no ano em que se espera o que poderá vir a ser o maior nível de desemprego docente dos últimos anos.

Há quase dois anos, o Ministério da Educação (ME) decidia unilateralmente garantir o direito a compensação por caducidade do contrato, prevista no Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (anexo à Lei nº 59/2008), aos docentes cujos contratos terminassem a 31 de Agosto, apenas se não ocorresse nova colocação a 1 de Setembro seguinte.

Com esta decisão, o ME, aparentemente, confundia os efeitos e as razões da criação desta figura com os do subsídio de desemprego. De facto, se este último se assume como compensação pela situação de desemprego involuntário, já a compensação por caducidade do contrato não depende

legalmente da obtenção ou não de nova colocação, visando, como se infere da própria designação, uma compensação pelo termo do vínculo laboral, ou seja, pela situação de precariedade em si mesma.

Mas no passado dia 11 de Junho, ao publicar a Circular B11075804B, da DGRHE, o ME foi ainda mais longe. Neste documento informava o ME que, "nos contratos a termo celebrados ao abrigo dos regimes especiais de contratação consagrados no Decreto-Lei nº 20/2006, de 31 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, não há lugar à compensação por caducidade dos mesmos, em virtude de não lhes ser aplicável a norma legal vertida no art. 252.º do RCTFP". Ou seja, esta medida aplicar-se-ia a todos os contratos a termo celebrados por docentes do Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário, independentemente de terem sido celebrados na sequência de contratações feitas pela DGRHE ou pelas escolas e da respectiva data de cessação!

Nova interpretação

Saliente-se que, entre 2009 e 2011, não houve nenhuma nova legislação publicada sobre a matéria! O que acontece é apenas uma nova interpretação, muitíssimo mais lesiva ainda do que a que fora feita há dois anos, →



AÇORES



Governo reforça precariedade

A Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) critica as orientações da Secretaria Regional da Educação e Formação (SREF) em relação à anualidade de concursos e ao vínculo de nomeação definitiva, matérias sensíveis e de grande preocupação entre os docentes. "Não foi contemplada a proposta do SPRA de manutenção da anualidade dos concursos interno e externo, que, à semelhança do continente e da Madeira, passam a quadrienais", alerta uma nota sindical.

O SPRA regista também como "profundamente negativa" a alteração do vínculo de nomeação definitiva para contrato por tempo indeterminado, que, claramente, "encerra uma degradação e fragilização da relação jurídica de emprego".

A renovação de contratos, que pode ir até quatro anos, é também uma proposta da SREF que está em cima da mesa negocial, mais uma medida que apontaria para um inevitável aumento da precariedade laboral entre os docentes da região. ●

referida no 1.º parágrafo deste texto. Só que, mesmo essa outra interpretação do ME sofreu recentemente um enorme revés, com a divulgação da primeira decisão de um tribunal, no caso o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, favorável à pretensão que a FENPROF sempre defendeu, ou seja, de que, mesmo nos casos em que o termo de um contrato sucedia a 31 de Agosto e a 1 de Setembro ocorria nova colocação, há, sempre, lugar à indemnização por caducidade do contrato.

Aliás, a sentença do juiz vai mesmo mais longe, ao referir que haveria lugar a tal indemnização, mesmo que se sucedesse o ingresso na carreira: "... é irrelevante, para aferir do direito àquela compensação, se a ora autora após a caducidade do contrato veio, após concurso, a celebrar um outro contrato de trabalho em funções públicas (a termo ou por tempo indeterminado) com outro fundamento que não o do contrato a termo certo que caducou em 31 de Agosto de 2010. Isso mesmo resulta do disposto no n.º 3 do artigo 252.º do RCTFP."

Nota: sublinhado nosso!

Mais refere, ainda, a mesma sentença, que "De acordo com o disposto no artigo 112.º, n.º 5 da Constituição não pode um ofício circular alterar o regime jurídico estabelecido por lei".

Desrespeito pelos docentes

Como se pode, pois, facilmente constatar, a posição do ME não tem qualquer base legal e, justificando-se apenas pelo economicismo feroz que tem marcado tantas decisões nos últimos tempos, traduz, sim, um completo desrespeito pelos docentes, e logo por aqueles em situação mais precária e perante quem se coloca, muito provavelmente, não apenas o espectro do desemprego imediato, mas ainda uma tremenda incerteza quanto à hipótese de voltarem sequer a exercer a profissão, para mais num tempo em que outros direitos, como os apoios em situação de desemprego, foram igualmente reduzidos.

Tábua rasa da Constituição

A FENPROF não pode aceitar tal comportamento de uma equipa ministerial que não se coíbiu de, a escassos dias do termo do seu mandato, fazer tábua rasa das leis e da própria Constituição do nosso país, pelo que aqui se garante a todos os associados dos vários sindicatos membros o apoio dos respectivos serviços de contenciosos e apoio a sócios, que devem ser procurados para o combate a mais este abuso de poder, que, esperamos, possa, porventura, ser corrigido pela nova equipa ministerial, a quem, evidentemente, o problema será exposto. ●



3 perguntas a Tiago Oliveira

Professor Contratado, membro da Direcção Distrital de Coimbra do SPRC

1 Pagamento da compensação por caducidade e despedimento ilegal de docentes contratados em substituição são as últimas novidades. Comenta estas duas situações que têm os gabinetes jurídicos dos sindicatos à perna.

São de facto medidas que, na sequência de outras já tomadas no âmbito da protecção social, onde temos vindo a perder direitos, vêm acentuar a degradação das condições contratuais dos professores contratados. Estas medidas atropelam inclusivamente contratos e cláusulas assinados por Directores, bem claras preto no branco. No entanto, parece que a interpretação das mesmas no que toca aos professores contratados são sempre sujeitas a leituras tortuosas, induzidas às escolas pelas chefias do ministério, que acabam sempre por recair na perda do direito ao pagamento da compensação por caducidade do contrato ou na interrupção de contrato de forma abrupta, tal como foi decidido mais recentemente. Tudo medidas que desrespeitam os professores contratados, lhes retiram direitos, tendo como único objecto utilizar-nos como mão de obra barata e facilmente descartável.

2 Num contexto de crescimento do sistema com o alargamento da escolaridade e a necessidade de as escolas darem resposta a necessidades crescentes de formação de jovens e activos, como vê este agravamento das condições de vínculo laboral, extinção de postos de trabalho, despedimentos... pondo em causa cerca de 30.000 postos de trabalho?

Todos os intervenientes envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos vão ficar a perder com estas medidas, a começar pelos próprios estudantes, que vão ter os seus professores cada vez mais sobrecarregados e dispersos nas múltiplas tarefas que lhes são atribuídas, pois as seis horas de componente individual a que os professores têm direito neste momento, já são manifestamente insuficientes para todo o trabalho que tem de ser feito

extra-aulas e a sobrecarga de trabalho a que somos sujeitos, vai inevitavelmente reflectir-se na qualidade do serviço prestado aos alunos. Professores que por vezes já têm até sete a oito turmas ou por vezes duas direcções de turma, vão ter inevitavelmente de fazer escolhas na planificação e concretização do seu trabalho. Por fim, é evidente que os mais prejudicados vão ser mais uma vez os cerca de quarenta mil professores contratados a que recorre actualmente o sistema educativo, que dificilmente vão evitar o desemprego no próximo ano lectivo.

3 Qual o desafio que se coloca ao movimento sindical de forma a ter os professores resistentes a este ataque e a não permitir que o poder, legitimado pelo voto, mas certamente alheado dos anseios mais elementares da população, agrave ainda mais a precariedade no emprego?

Na minha modesta opinião, julgo que os sindicatos devem tentar unir os professores, voltar a fazê-los falar a uma só voz, pois as medidas dos últimos anos tinham como objectivo fracturar a carreira docente e dividir os professores em subcategorias, o que levou a uma perda de identidade da classe e consequentemente a uma perda de capacidade reivindicativa, que se reflectiu na perda do acesso a uma carreira digna por parte de milhares de professores contratados e ao congelamento na mesma a termo indeterminado no caso dos professores do quadro. Por fim, julgo que o movimento sindical pode ter um papel importante na reconstrução da auto-estima dos professores, que foi violentamente posta em causa pelo último governo e pela sua máquina partidária, identificando-nos como uma classe privilegiada e pouco trabalhadora, o que não é verdade. Apesar do trabalho posto em prática pela máquina de propaganda do partido socialista, um estudo mundial efectuado pela Gallup para o Fórum Económico internacional, coloca os professores portugueses como sendo a classe profissional com qualificações superiores mais credível e à qual os portugueses dariam mais poder. ●

Professores e educadores contratados na mira do Governo

Não fiques à espera para ver se te atinge... depois, pode ser tarde!

As medidas a aplicar nas escolas, já em Setembro, provocarão muito desemprego que se abaterá, em primeiro lugar, sobre os docentes contratados.

Aproxima-se o mês de Setembro e, com o início de mais um ano escolar, entrarão em vigor piores regras para a organização pedagógica e o funcionamento das escolas. Simultaneamente, serão criados novos mega-agrupamentos de escolas e tomadas outras medidas (em especial no âmbito curricular e a nível dos horários de trabalho) impostas apenas com um objectivo: eliminar horários para reduzir emprego docente e, assim, cortar nos gastos necessários com a Educação.

A FENPROF prevê – e tem vindo a denunciá-la – uma redução de milhares de horários e correspondentes postos de trabalho. Será tão violenta que, apesar de muitos colegas se estarem a aposentar, atirárá milhares de professores no desemprego, em primeiro lugar, contratados. Foi também para isto que, nos últimos anos, o ME andou a substituir tantos docentes do quadro por contratados, afirmando, agora, cinicamente, que não irá despedir professores... simplesmente terminariam os seus contratos. Omite, no entanto, que a grande maioria dos atingidos por este drama tem 3 ou mais anos de serviço, o que significa que, à luz das leis laborais que vigoram, até já deveriam ter sido integrados nos quadros!

Poupar dinheiro à custa dos desempregados

Por saberem que as medidas que querem aplicar provocarão forte desemprego, estão já em marcha outras que visam poupar dinheiro à custa dos próprios desempregados que serão fortemente reduzidos, entre outros, os apoios sociais de que precisam.

Com tais objectivos, foi enviada recentemente às escolas uma informação que, em nossa opinião, é completamente ilegal: que não deverá ser paga qualquer "compensação por caducidade" aos docentes que terminem os seus contratos! Esta ilegalidade terá de ser combatida pelos professores, inclusivamente nos tribunais. Nesse senti-



do, contarão com o apoio dos Sindicatos da FENPROF. Ao mesmo tempo, por decisão da "troika" e com o acordo do anterior e do actual governo, o subsídio de desemprego será fortemente reduzido, tanto no seu valor, como na sua duração, deixando inúmeros desempregados sem qualquer apoio social.

Problema social muito grave

A forte redução do número de docentes das escolas, pretendida para engrossar o corte de despesas, afectá-las-á duramente, pois já hoje não têm professores a mais. Estes são indispensáveis às escolas para que se organizem e funcionem bem, assumindo todas as suas responsabilidades; mas, além disso, será criado um problema social muito grave que se abaterá violentamente sobre cada professor atingido.

A FENPROF exigirá, do novo governo, a alteração das normas que regem a organização do próximo ano lectivo e que já foram fixadas por despacho do governo cessante. Mas isso não basta! É preciso que cada professor compreenda que o problema tem a ver consigo e lhe bate directa e imediatamente à porta! É preciso que cada professor se mobilize para protestar e lutar contra esta situação, contra estas opções, antes que seja tarde. Entretanto, o tempo avança vertiginosamente! Não faltes porque tu fazes falta! ●

“
A FENPROF prevê – e tem vindo a denunciá-la – uma redução de milhares de horários e correspondentes postos de trabalho.”

Que a juventude tome nas mãos os destinos das suas vidas!

No fecho desta edição do JF estava tudo a postos para uma jornada de protesto da juventude trabalhadora, em Lisboa, contra a precariedade, iniciativa anunciada pela Interjovem /CGTP-IN, Juventude Operária Católica (JOC), Movimento 12 de Março (M12M) e a Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC).

Como foi destacado em recente conferência de imprensa, “todos os dias os jovens, sejam eles operários especializados, enfermeiros, professores, psicólogos, formadores, operadores de call-center, jornalistas, trabalhadores do comércio nas grandes superfícies, operadores de caixa entre muitos outros, escondem as suas habilitações académicas para terem um trabalho, uma ocupação. São pessoas disponíveis para quase tudo e que em troca recebem uma mão cheia de quase nada.”

Lembrando que existem mais de 1.200.000 trabalhadores, sobretudo jovens e mulheres, com contratos laborais precários (trabalho temporário, contratos a termo, recibos verdes), milhares que vivem na intermitência dos estágios não remunerados, dos estágios profissionais, do emprego sem direitos e que mais à frente caem no desemprego, a Central sindical alerta para a situação de “jovens cujo dia-a-dia é sem saber quando e se terão direito ao domingo na folga semanal, sem saber quanto e se vão receber a dia certo; sem saber se terão perspectiva de valorização do seu trabalho e progressão na carreira; mas com a certeza que aos falsos recibos verdes lhes comem 30% do salário.”

Futuro incerto

“Caminhamos a passos largos para atingir o número de 1.000.000 de trabalhadores desempregados, sendo actualmente 23,4% menores de 35 anos”, destacava a CGTP-IN, que em recente tomada de posição divulgada à imprensa, referia a dado passo: “A precariedade e o desemprego, os baixos



salários e o escandaloso aumento das taxas de juro e das prestações da habitação, levam hoje cada vez mais jovens trabalhadores, independentemente das suas qualificações, a depender e regressar a casa dos pais ou até a emigrar.” Hoje muitos jovens casais adiam a decisão de ter filhos, porque amanhã não sabem se ainda vão ter emprego; porque viram cortados os abonos de família;

porque amanhã sabem que não têm direito ao subsídio de desemprego; não sabem qual será o seu horário laboral; porque o salário mal dá para dois quanto mais para 3; porque sabem que a seguir aos contratos a prazo, aos recibos verdes e ao trabalho temporário, vão novamente apresentar-se quinquenalmente no Centro de Emprego, observa a InterJovem. | JPO ●

Desafio

“Aos jovens lançamos um desafio que passa por assumir nas suas mãos os destinos das suas vidas! Vamos debater para apontar novos rumos e alternativas, vamos continuar a dizer não a este caminho de destruição do nosso presente e que hipoteca o futuro do país! Vamos para debate, convívio e cultura, mas acima de tudo vamos para a luta. Porque acreditamos que a precariedade e a instabilidade não são inevitáveis. Porque queremos trabalhar. Porque acreditamos que cada um de nós tem um papel fundamental na sua transformação pessoal e consequentemente, na transformação do seu meio. Porque é possível, urgente e necessário outro rumo para o país, assente noutro modelo de desenvolvimento mais justo, que visa em primeiro lugar a dignidade da pessoa e não o lucro. Um modelo que permita construir um país mais justo e solidário.” ●

MADEIRA

Uma mão cheia de nada, outra de coisa nenhuma

MARÍLIA AZEVEDO (Coordenadora do SPM)

O ano escolar termina e, concretamente, para a classe docente, com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

Entre ano e sai ano e os problemas e as incertezas que atravessam a classe docente, mantêm-se. O ano começou com incógnitas quanto às alterações do Estatuto da Carreira Docente da Madeira e à definição, clara, de um modelo de avaliação de desempenho, e termina envolto nas mesmas incógnitas.

O ano começou e terminou sem definição quanto ao tempo e forma de pagamento dos retroactivos devidos a milhares de docentes, por inoperância do Governo Regional, que não reconheceu como válido o Bom

administrativo, atribuído por despacho do presidente do Governo.

Rápidos e implacáveis a exigir a devolução de verbas que, também por inoperância, pagaram em horas extraordinárias, segundo interpretação própria, indevidamente, mas pagar o que devem, desde 2008, aos docentes, pela progressão atrasada, é atirado para as “calendas gregas”.

O ano começou e termina sem opções claras quanto ao futuro da formação contínua de professores; sem opções claras, quanto à necessidade, urgente, do combate à indisciplina nas escolas e ao reforço da autoridade do professor.

Escudando-se na velha desculpa, esfarrapada e gasta, “do que vai acontecer” a nível da definição política e da cor do Governo da República e de quem ocupará a torre de marfim da 5 de Outubro, em Lisboa, o Governo Regional da Madeira recusa arregar compromissos e, com isso, assumir

que caminhos quer trilhar na educação e, concretamente, no que quer definir no que concerne a uma classe profissional que diz respeitar e defender.

Como é que se respeita e defende uma classe profissional quando dela nos esqueçamos e a deixamos, por omissão e demissão, em banho-maria? ●

PLATAFORMA DA EDUCAÇÃO

Cresce o apoio ao Manifesto “Investir na Educação, defender a Escola pública”

O Manifesto “Investir na Educação, defender a Escola pública”, lançado pela Plataforma da Educação, continua a receber o apoio de instituições e personalidades. O documento, que pode ser subscrito na página electrónica da FENPROF, sublinha que “é em defesa de um efectivo investimento na Educação, que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam

rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa”. Estas preocupações são partilhadas por professores, educadores, trabalhadores não docentes das escolas, psicólogos, inspetores de educação e ensino, estudantes, pais e encarregados de educação, autarcas e numerosas associações em todo o país, numa afirmação dinâmica da opinião pública em defesa e valorização de um sector fundamental do país. | JPO ●





GRÉCIA

15.º Congresso da OLME

Na Grécia e em Portugal a educação e a escola pública correm sérios riscos

Entre 25 e 28 de Junho, realizou-se em Atenas o 15.º Congresso da OLME, a organização sindical mais representativa dos docentes gregos do ensino secundário.

Como era de esperar, este 15.º Congresso decorreu sob o signo da crise e da intervenção negativa da troika FMI-UE-BCE no país (a mesma que

impôs medidas a Portugal, aceites pelos governos anterior e actual) e suas implicações, não apenas nos direitos sociais e laborais dos trabalhadores gregos, mas igualmente na vida profissional dos docentes, na Escola Pública e na qualidade da Educação e do Ensino.

Recorda-se que os docentes da Grécia já tiveram cortes salariais que, em média, se situam nos 20% e que a troika tem vindo a impor as originais ideias dos portugueses para a rede: o encerramento de escolas e a criação de grandes agrupamentos para que embarateça o sistema educativo, independentemente do impacto dessas medidas. Mesmo ao nível do Ensino Superior, há intenção de encerrar instituições que não sejam

consideradas lucrativas, ainda que obrigando estudantes a mudarem para outras, se não querem ficar com os seus cursos por terminar. Num país que é constituído por muitas ilhas, algumas de grande isolamento, esta política de "reestruturação" da rede escolar tem consequências ainda mais negativas.

Preocupa também muito os professores, os factos de a troika pretender impor o encerramento de cursos, sobretudo das áreas das humanidades e da cultura enquanto, ao mesmo tempo, tenta canalizar os estudantes para vias profissionalizantes, bastante mais desvalorizadas. Uma opção a que não é alheia uma importante intervenção na escola para que tenha implicações futuras na sociedade!

A Grécia é o melhor exemplo de como é ineficaz e prejudicial fazer abater, sobre os trabalhadores, sacrifícios sobre sacrifícios; de como não tem validade a teoria da recuperação, assente na desvalorização dos serviços públicos e/ou privatização de áreas que são essenciais ao desenvolvimento da economia. Um ano após a imposição do primeiro pacote de medidas de austeridade aos trabalhadores, a situação agravou-se, novo pacote, ainda mais violento, está para ser aplicado numa louca espiral de medidas que dão (muito) lucro a quem empresta e levam à desgraça quem deles depende. Se os portugueses ainda tivessem dúvidas sobre o que vai acontecer ao país com as medidas da troika e o programa do novo governo, que as aplica, bastaria que pusessem os olhos naquele país do sul da Europa. E a seguir à Grécia, Irlanda e Portugal, há quem aposte que a Espanha (e provavelmente a Itália e Bélgica) não passarão de Setembro... se assim é, vamos ver, mas que a ganância do capital internacional é ilimitada disso ninguém duvida, e que a vida dos povos depende cada vez mais de jogos e apostas e das decisões de muito poucos no mundo,

disso também todos têm a certeza.

Mas se os representantes dos centros do poder neoliberal não querem baixar os seus níveis de lucro, os trabalhadores começam a estar fartos e a não estar dispostos a sofrer mais com o desemprego (na Grécia, são quase 2 milhões os desempregados, metade dos quais não tem qualquer apoio social), com a precariedade, com a redução ou eliminação de direitos sociais e laborais, com um custo de vida que tem vindo a aumentar e, dessa forma, a degradar, brutalmente, o seu nível de vida. Não se estranha, por essa razão, que a contestação não pare e, pelo contrário, aumente de tom.

No 15.º Congresso da OLME participaram, como convidados, representantes de Portugal (FENPROF), Espanha (FECCOO) e França (SNES e FFOO), que intervieram na Sessão de Abertura. A FENPROF usou da palavra para, pela voz de Mário Nogueira, dar a conhecer a situação portuguesa neste contexto de crise que, como nos restantes países, tem vindo a abater-se sobre os mesmos de sempre: os trabalhadores! A intervenção da FENPROF abriu o espaço internacional do Congresso. ●

“Um ano após a imposição do primeiro pacote de medidas de austeridade aos trabalhadores, a situação agravou-se, novo pacote, ainda mais violento, está para ser aplicado numa louca espiral de medidas que dão (muito) lucro a quem empresta e levam à desgraça quem deles depende.”



“Estarmos aqui convosco é muito importante”

“Trocamos informações, partilharmos experiências e apoiarmo-nos solidariamente num momento como este é muito importante, pois os tempos são muito difíceis e complexos, o ataque que está a ser desencadeado contra os trabalhadores europeus é muito violento, sentindo-se, com particular incidência, nos países com economias mais frágeis que, por isso, são vítimas da ganância do capital internacional que encontra, nesta Europa cada vez menos social, um espaço favorável ao desenvolvimento das suas políticas neoliberais.” São palavras de Mário Nogueira na saudação da FENPROF ao recente congresso da OLME, organização sindical dos professores do ensino secundário da Grécia.

“Estarmos aqui convosco é muito importante para conhecermos o que se passa na Grécia com a Educação e com os seus principais protagonistas, os professores. Queremos colher os vossos testemunhos, as vossas respostas à crise, conhecer as alternativas que apresentam e saber das lutas que desenvolvem”, sublinhou noutra passagem o dirigente sindical, que afirmaria ainda: “Os professores portugueses têm sabido responder com acções, lutas e propostas à ofensiva do capital e da direita. Num só ano realizámos duas manifestações em Lisboa em que participaram mais de cem mil professores, de um universo de cento e cinquenta mil, tendo sido essas as maiores manifestações de sempre que os professores realizaram em Portugal.” “Aos trabalhadores é preciso dizer que este caminho dos sacrifícios não é inevitável e que há alternativas. É sempre assim em democracia: nunca há um só caminho para resolver os problemas, há sempre alternativas e a prova disso são os passos importantes que, por exemplo, na América Latina são dados em sentido diferente dos que se dão na Europa”, destacou ainda o S.G. da FENPROF. ●

FENPROF presente na Escola de Verão da FECCOO

MANUELA MENDONÇA

(Departamento das Relações Internacionais da FENPROF
Responsável pelas questões Europeias)

Sob o tema "Investimento na Educação. Desenvolvimento da Sociedade do Futuro", realizou-se nos dias 15, 16 e 17 de Junho em Aranjuez mais uma Escola de Verão da Federação de Ensino das Comissões Obreras (FECCOO), que reuniu cerca de 400 delegados sindicais de toda a Espanha. Partindo da premissa de que a educação é a melhor ferramenta para transformar a sociedade, estas jornadas centraram-se na análise da situação educativa em Espanha, em que a falta de uma política de investimento adequada, juntamente com cortes sucessivos nos orçamentos para a Educação comprometem ainda mais o objectivo de tornar a educação o garante de uma mudança social e económica que permita sair da crise e assegurar a coesão social e o progresso.

Nesta iniciativa estiveram presentes várias delegações sindicais internacionais: NASWUT (UK), FECSRS (Tunísia), SNTCED (Cuba), FENPROF (Portugal), para além da vice-presidente da IE e do coordenador regional da América Latina.

Os convidados internacionais participaram no G.T. "Crise económica global e educação: respostas sindicais" e dinamizaram a Mesa Redonda "O contexto político mundial: realidades sindicais".

Do debate realizado, concluiu-se que, apesar das diferenças, há muitos traços comuns nas políticas educativas dos vários países, devido ao contexto da globalização neoliberal que varre o mundo da educação.

Valorizando os avanços democráticos e progressistas que se têm verificado, especialmente na América Latina, assim como as situações de mudança no mundo árabe, foi realçada a necessidade de questionar o projecto europeu que está a ser desenvolvido e de lutar por uma Europa solidária, de cooperação e de integração, de progresso e não de retrocesso. Nesse sentido, foi por todos sublinhado que a unidade na acção tem que atravessar fronteiras em busca de uma forte concertação de esforços sindicais em vários planos internacionais, começando, naturalmente, pela Europa. ●



África do Sul acolhe 6º Congresso da IE Um grande debate sobre os desafios da Educação



O Centro de Convenções da cidade do Cabo, na África do Sul, vai acolher entre 22 e 26 de Julho o 6º Congresso da Internacional de Educação (IE), estrutura que representa 30 milhões de docentes e outros trabalhadores do ensino, através das suas 402 organizações membros de 173 países e territórios, entre as quais a FENPROF. "Uma educação de qualidade para construir o amanhã" é o lema geral da grande assembleia da IE, que abordará um conjunto de temas de viva actualidade, como o papel e os desafios da educação num contexto de crise económica, o trabalho dos sindicatos e a sua cooperação internacional, uma educação integradora para uma sociedade integradora e a luta por um ensino de qualidade, que vá ao encontro do desenvolvimento das sociedades em todos os continentes. Todos os pormenores deste Congresso, nomeadamente sobre o seu vasto programa, em <http://www.ei-ie.org/congress6/en/index.php> | JPO ●



Eleições em Sindicatos da FENPROF

SPN



Os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) elegeram no passado mês de Maio os Corpos Gerentes para o triénio 2011-2014.

A Lista S – SEMPRE ao serviço dos educadores e professores, da educação e da escola pública – venceu a Mesa da Assembleia-Geral, a Direcção, o Conselho Fiscal e de Jurisdição, dando início a um novo ciclo na vida do Sindicato dos Professores do Norte – um ciclo de indefinições e de previsíveis novas ameaças à Escola Pública e às condições de exercício da profissão docente, que o SPN se propõe combater activamente, de forma independente e solidária. ●

Em Aveiro/Norte, venceu a Lista A (Um SPN presente – sentir o sindicato nas escolas).

Na primeira reunião dos Corpos Gerentes, realizada no dia da tomada de posse (4 de Junho), Manuela Mendonça foi eleita coordenadora da Direcção, dando início a um novo ciclo na vida do Sindicato dos Professores do Norte – um ciclo de indefinições e de previsíveis novas ameaças à Escola Pública e às condições de exercício da profissão docente, que o SPN se propõe combater activamente, de forma independente e solidária. ●

SPRC



Momento marcante foi, sem dúvida, o acto da tomada de posse dos novos corpos dirigentes do SPRC, realizada em 4 de Junho, após uma eleição em que, apesar de apenas a lista proposta pela anterior Direcção se candidatar, teve uma participação que rondou os 40%, tendo mais de 93% dos votantes apoiado a lista que se apresentou a sufrágio.

"Contam connosco; continuaremos iguais a nós próprios porque queremos ser, para o bem e para o que menos se goste, SPRC Sempre! Assim, como nos conhecem... e assumindo em absoluto o lema sob que fomos eleitos: Resistir ao ataque! Intensificar a luta! Agir para mudar!", afirmou na ocasião o Coordenador do SPRC e Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, que, noutra passagem, já tinha observado:

"Teremos de continuar a construir propostas e a lutar por elas; teremos de exigir, ainda com mais veemência, a democratização do ensino; teremos de colocar, em primeiro plano, a necessidade de valorização da Escola Pública; teremos de dar prioridade à dignifica-

ção da profissão e dos profissionais docentes. Tudo isto continua a ser válido ainda que o desafio mais imediato se dispute no campo da resistência. É que, quanto maior for o recuo, mais difícil se tornará a recuperação." ●

SPRA



No passado dia 27 de Maio decorreu o acto eleitoral para a eleição dos Corpos Gerentes, para o triénio 2011/2014, e alteração aos Estatutos do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA).

Este acto decorreu em todas as Áreas Sindicais, desde Santa Maria ao Corvo e contou com uma participação muito significativa dos associados do SPRA (cerca de 55%). Foi eleita a lista A, única lista proponente, tendo sido eleitos, com cerca de 96% dos votantes, os diferentes órgãos do SPRA: Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal e de Jurisdição. Foram também eleitos os órgãos das diferentes áreas sindicais: Comissão Directiva e Mesa da Assembleia de Área.

Na tomada de posse, Armando Dutra, presidente eleito da Mesa da Assembleia Geral referiu que "nos tempos difíceis que vivemos, só com grande espírito altruista é possível defender causas colectivas. Por isso, há que enaltecer aqueles e aquelas que, perante as crescentes limitações ao exercício da actividade sindical, se disponibilizam para dar o melhor do seu esforço e, muitas vezes, do seu tempo pessoal, em prol de um sindicalismo que se esforça por contrariar posturas anti-democráticas, estados de alma resignados ou acomodados e atitudes individualistas que comprometem a defesa dos interesses colectivos, gerando fragilidades redutoras de direitos fundamentais, alcançados com muito sacrifício e muita luta pelas gerações que nos precederam".

Enalteceu o papel do SPRA como legítimo representante dos Professores e Educadores na Região Açores, a "quem compete pugnar pelo reconhecimento e importância da acção junto do poder político, fazendo-lhe sentir quão importante é, para uma democracia representativa, ter organizações que, de forma organizada e responsável, funcionam, muitas vezes, como catalisadores das tensões sociais entre governantes e governados." ●



NO ALVO

Carvalho da Silva:

"O ataque é duro e duradouro"

Intervindo recentemente em Coimbra, o secretário-geral da CGTP-IN fez questão de assinalar que as medidas que estão a ser impostas ao país e aos cidadãos portugueses serão agravadas no futuro. Como referiu, "isto não é efémero. Isto veio para ficar". Para o dirigente sindical, "seria bom que reflectíssemos sobre os impactos das políticas que nos estão a ser impostas". Na sua comunicação, Carvalho da Silva fez questão de vincar que, "com a aplicação do programa da tripla estrangeira, há que ter em consideração que em visitas às escolas é importante e é possível levar aos jovens uma reflexão fundamental sobre a sociedade e o trabalho e as perspectivas de desenvolvimento social e económico", reportando-se à sua experiência pessoal com alunos, a convite dos próprios estabelecimentos de ensino.

Assumir responsabilidades colectivas

Aludindo a um quadro de grande complexidade como aquele em que nos moveremos nos próximos 10 ou 15 anos, Carvalho da Silva coloca uma especial ênfase na "necessidade de políticas de responsabilidade colectiva para que existam condições para o reforço da solidariedade universal". Referência muito significativa quando, como fez questão de afirmar, é "necessário estabelecer alianças e criar dinâmicas num quadro de intervenção política para defender a Constituição". "Temos de agir e pressionar para que a futura Assembleia da República não permita uma alteração da Constituição", disse, referindo-se à sua matriz política, social e económica. Para o dirigente da CGTP, a situação financeira do Estado, pode servir de alibi para outras transformações. Pegando no exemplo da Grécia, que com a intervenção da tripla do capital estrangeiro viu a dívida ultrapassar os 140% do PIB e 24% da população no desemprego, deixou um aviso: "sabemos o que vai acontecer aqui!". ●

Campo de Férias Floresta Viva em Proença-a-Nova



O Campo de Férias Ciência Viva em Proença-a-Nova encontra-se numa zona de pinhal e o alojamento é na Praia Fluvial Aldeia Ruiva. “Uma nova perspectiva da Floresta”, é a proposta do Ciência Viva, para jovens entre os 12 e os 16 anos. O segundo turno funcionará **entre 21 e 27 de Agosto**. “A Floresta enquanto fonte de vida, bem-estar e de riqueza, é-te apresentada numa série de actividades lúdico científicas que porão à prova os teus conhecimentos, como actividades de garimpo e ilustração científica, visitas ao parque eólico das Corgas e ao Moinho de Vento do Pergulho”, explicam os organizadores. ●

INFO www.cienciaviva.pt



4.º Congresso Nacional da Ginástica

Subordinado ao tema “Ginástica na Escola. Escolas da Ginástica”, vai realizar-se **entre 21 e 23 de Outubro**, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na cidade de Vila Real, o 4.º Congresso Nacional da Ginástica – 2.º Congresso Internacional da Ginástica 2011. Organizado pela Federação da Ginástica de Portugal (FGP) e pela UTAD, o congresso destina-se, entre outros, a professores de Educação Física do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico. A iniciativa pretende discutir a prática e o ensino da Ginástica em ambiente escolar, proporcionando aos professores uma reciclagem teórica e prática, no sentido de ajudar a uma actualização das suas intervenções. Estão abertas as inscrições. ●



Ateliês de Verão no Museu da Lourinhã

Com o objectivo de proporcionar aos jovens dos 6 aos 15 anos de idade férias que lhes permitem simultaneamente divertir-se e aprender, o Museu da Lourinhã organiza este Verão, **entre 26 de Julho e 26 de Agosto**, de segunda a sexta-feira, ateliês onde os participantes podem escavar dinossauros, fazer cristais ou viajar até ao tempo em que as ferramentas eram de pedra. ●

“A participação cooperativa no planeamento do trabalho curricular” é um dos painéis que integram a programação do 33.º Congresso do Movimento da Escola Moderna, que reúne em Leiria entre 20 e 23 de Julho. “A autoformação cooperativa no MEM: entrada na profissão e desenvolvimento da profissionalidade” é outro painel em destaque no Congresso. ●



culturais

LIVROS



Foto e design da capa: Mário Martins

Um livro com estórias, os protagonistas são pessoas com deficiência

Heróis sem nome

“Aos pais dos meninos com deficiência, os verdadeiros especialistas das suas crianças, este é o seu livro de bolso. Na estante ficarão os manuais teóricos e guias de orientação práticos, aqui ventilam-se emoções e procuram-se sucessos. A minha mais profunda gratidão por ter feito parte deste projecto de Amor.”

Joana Sá Ferreira (Médica, Interna de Psiquiatria do Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, Investigadora do Grupo de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra, CEIS20)

- Um livro para a dignidade e para a inclusão das pessoas com deficiência;
- Um livro com os direitos das pessoas com deficiência;
- Um livro para sensibilizar à problemática e à causa da deficiência, nomeadamente da mental e das suas implicações sociais e educativas;
- Um livro para professores e educadores que trabalham com crianças com deficiência.
- Um livro para as pessoas com deficiência e suas famílias.

Os proveitos desta publicação revertem para o projecto de construção de uma residência para deficientes e de um centro de actividades ocupacionais, a construir em terreno cedido pela Câmara Municipal de Coimbra, projecto de candidatura aprovado pelo POPH. ●

Manuel Miranda
miranda.manel@gmail.com

TEATRO

“Tem o Medo Muitos Olhos”, na Comuna

Até 30 de Julho, o Teatro da Comuna, em Lisboa, apresenta “Tem o Medo Muitos Olhos”, com uma magnífica interpretação do jovem actor Hugo Sovelas. Os espectáculos decorrem de quarta a sábado, às 21h30 e aos domingos às 16h30. O texto é de Luís Miguel Viterbo e a encenação de Rute Rocha. A produção é do grupo “Gato que Ladra”.

A peça teve a sua estreia em 19 de Março passado no Cine-Teatro Joaquim de Almeida no Montijo e em Maio foi apresentada na Póvoa do Varzim. À conversa com a reportagem do JF, o actor Hugo Sovelas destaca o seu “profundo empenhamento” neste trabalho, a oitava produção da “Gato que Ladra”. João Concha assina o design gráfico e o vídeo é de João Correia. José Alvaro Correia é responsável pelo desenho de luz. | JPO

Sinopse

Klimp está trancado há nove meses num bunker, sem saber porquê. Suspeita que possa estar a ser observado e receia ser vítima de uma experiência de psicologia social. Ou de puro sadismo. Está só mas não está calado.

Fala para uma câmara, para as testemunhas que presume ter, para os seus amores, ou antigos amores.

Klimp fala dos seus medos, passados e presentes. Gostava de sair daquele quarto, daquela prisão, daquele bunker – mas não pode. Tem razões para acreditar que está ali fechado por culpa ou vontade de alguém que o amava. E tem medo, tem muitos medos: do escuro, de estar sozinho, de que tudo à sua volta seja mentira, de querer adormecer e não conseguir, de morrer sem ter a certeza se alguma vez foi amado, ou se alguma vez fez alguma coisa realmente útil...

Klimp grava o seu testemunho em pequenas partes soltas. Ensaia repetidamente antes de gravar cada parte, e revê a gravação uma vez atrás da outra. Klimp revê partes que já tinha gravado, e grava partes que nunca revê. É o seu último testamento. “E se eu ficasse cego agora? Se ficasse cego e não conseguisse ver o que já gravei? E se eu ficasse mudo? [...] E se eu tivesse perdido



Foto: Sophia Pereira

a cabeça? Ou simplesmente perdesse o juízo e não conseguisse ter organizado este depoimento como organizei? Ou chegasse aqui e não conseguisse acabar?”

Ao longo de nove meses, Klimp teve tempo para questionar o seu sistema de valores, as suas relações, as suas crenças. E, agora, tem medo de dizer tudo. E de deixar alguma coisa por dizer. Tem medo de ser mal interpretado, e de estar a mentir. Dava tudo para sair dali... ●

INFO www.comunateatropesquisa.pt
Telefs. 217221770 e 968382245

EXPOSIÇÃO

O Aparelho Fotográfico



Projecto centrado no ofício da fotografia. Abordando objectos de proximidade (alguns de forma abusiva), José Manuel Soares estabelece uma teia onde sentimentos de pertença e abandono (visíveis em imagens de espaços ausentes e presentes) se cruzam com práticas e influências de autores, correntes fotográficas e cinematográficas, que o autor – professor na EB2,3 de Valongo – assume sem pretensão ou vergonha. A nudez do preto-e-branco realça essa rede intencional, conformando um aparelho que, por reproduzir imagens, é fotográfico. | A.B. ●

Centro Português de Fotografia
Campo Mártires de Pátria (Cordoaria)
Porto, até 17. Setembro

MÚSICA

Andarilhos de volta

“Ir por caminhos velhos é hoje a opção de quem insiste em não deixar esquecer. Cresce o desejo de lhes juntar os nossos passos.” Assim se apresentam os Andarilhos, grupo vocacionado para a promoção e divulgação da música portuguesa de raiz tradicional, mas apostando sempre na fusão com sonoridades actuais. Maioritariamente constituído por professores, o grupo formou-se em Baião e anteriormente gravou “Alvorada” (2003) e «Ao vivo no Teatro Helena Sá e Costa» (2004). Em 2006, venceu a edição nacional do concurso Eurofolk, ex aequo com os Diabo à Solta. | A.B. ●



“Caminho Velho”
Edição Açor | Apoio C.M. Baião

EXPOSIÇÃO

“A Pedalada de Juvenal” no Museu de Angra do Heroísmo

A *Pedalada de Juvenal* dá conta do percurso biográfico de Juvenal Castro, professor praiense que se distingue pelos seus múltiplos talentos artísticos e nomeadamente pela sua perícia como gravador de dentes de cachalote. Além de uma colecção de scrimshaws, a exposição integra esculturas, inúmeros desenhos, projectos de cartazes e também esboços de carros alegóricos, que Juvenal Castro desenhou para os desfiles das festas da cidade da Praia da Vitória. A exposição pode ser vista durante este Verão. ●

INFO <http://museu-angra.azores.gov.pt>

